

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALINE CANNATARO DE FIGUEIREDO

A rua de todo e de cada dia.
Práticas derogatórias e seus efeitos na morfologia e nas formas de apropriação urbana.

São Paulo

2017

ALINE CANNATARO DE FIGUEIREDO

A rua de todo e de cada dia.
Práticas derogatórias e seus efeitos na morfologia e nas formas de apropriação urbana.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

F475r Figueiredo, Aline Cannataro de
A rua de todo e de cada dia. Práticas
derrogatórias e seus efeitos na morfologia e nas
formas de apropriação urbana. / Aline Cannataro de
Figueiredo ; orientador Fábio Mariz Gonçalves. -
São Paulo, 2017.
125f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de
concentração: Paisagem e Ambiente

1. Espaço Livre Público. 2. Prática Derrogatória.
3. Projeto Urbano. 4. Apropriação Urbana. 5.
Cotidiano. 6. Paraisópolis. 7. Pinheiros. I.
Gonçalves, Fábio Mariz, orient. II. Título.

Nome: FIGUEIREDO, Aline Cannataro de

Título: A rua de todo e de cada dia. Práticas derogatórias e seus efeitos na morfologia e nas formas de apropriação urbana.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Arquitetura e Urbanismo

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Mari e ao José, por serem os únicos que nunca deixaram de acreditar.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida devo muitos agradecimentos a todos que colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa. Destaco algumas pessoas, que não só me ajudaram, mas que principalmente inspiraram minha trajetória.

Primeiramente, agradeço à Mari e ao José, por terem sonhos maiores que os meus e por terem a certeza de que todos se realizarão.

À Daniele e ao Alexandre, que fazem a irmandade ser algo vital.

À Valentina, que diariamente me ensina quais são as prioridades da vida.

À Maria Letícia, pela amizade e companheirismo mesmo nas horas mais difíceis, e ao Guilherme e ao Antônio, por me emprestarem o carinho dela em diversos momentos.

À Michele e à Sabrina, que dá forma mais sincera me deram força e me mostraram que nunca se está sozinho.

Agradeço ainda ao meu orientador, Fábio, por todo conhecimento trocado generosamente durante o desenvolvimento deste trabalho e principalmente por sua amizade.

Por fim, agradeço de forma especial ao Mauro, por aceitar ser meu parceiro de vida e, com amor, dar-me motivos para agradecer diariamente o privilégio de sua companhia.

RESUMO

FIGUEIREDO, Aline Cannataro de. **A rua de todo e de cada dia. Práticas derogatórias e seus efeitos na morfologia e nas formas de apropriação urbana.** 2017. 125f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A cidade é a protagonista desta pesquisa, principalmente por representar o local de encontro entre pessoas, habitantes ou gente de passagem, proporcionando trocas de experiências cotidianamente. É no espaço livre público que ocorre a vida pública, o encontro com o novo, o desconhecido. Qualquer um, de qualquer idade, renda ou sexo, pode conviver com o que lhe é considerado diferente no momento em que deixa o espaço privado e explora o público. Este convívio é fundamental para a compreensão das complexidades, das contradições e dos problemas da sociedade. A existência e principalmente a qualidade dos espaços livres públicos interfere diretamente no modo como os cidadãos convivem, conhecem e reconhecem uns aos outros. Contudo, o convívio social é baseado em regras, que são estabelecidas sob o discurso ideal de justiça e igualdade, a fim de garantir os mesmos direitos e deveres a todos. Na verdade, essas buscam organizar as atividades e ordenar o território como forma de homogeneização e dominação, o que muitas vezes se mostra oposto à heterogenia dos habitantes e dos espaços que configuram as cidades. As regras escritas, ditas ou implícitas, não oferecem as mesmas condições de apropriação a toda população. Muitas vezes a cidade se apresenta de forma desigual para distintos grupos e, conseqüentemente, promove possibilidades e necessidades diversas entre eles. É neste momento que, moldado pelo que a cidade lhe proporciona e por suas carências, cada habitante se adapta, rompendo com o que está estabelecido, e transformando o espaço onde vive. Seguindo este pensamento, a presente pesquisa busca ressaltar as ações e iniciativas da população que quebram o que é estabelecido como norma para a cidade e para a convivência em sociedade, seja na forma de leis, planos ou projetos. Denominam-se tais ações como *práticas derogatórias*. Investigam-se seus potenciais de transformação do território e de incentivo à reflexão a respeito de como a cidade é realmente pensada, projetada, construída e vivenciada. Para dar suporte às análises, foram mapeadas práticas derogatórias na cidade de São Paulo, em Pinheiros e Paraisópolis.

Palavras-chave: espaço livre público, projeto urbano, apropriação urbana, cotidiano, prática derogatória, Paraisópolis, Pinheiros.

ABSTRACT

FIGUEIREDO, Aline Cannataro de. **The every and each day street. Derogation practices and their effects on morphology and forms of urban appropriation.** 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The city is the protagonist of this research, mainly because it represents the meeting place for people, inhabitants or people on their way, providing exchanges of experiences on daily actions. It is in public space that public life occurs, the encounter with the new, the unknown. Anyone, of any age, income or sex, can live with what is considered different when leaving the private space and explores the public. This interaction is fundamental for understanding the complexities, contradictions and problems of society. The existence and, above all, the quality of public spaces directly interfere with the way citizens coexist, know and recognize one another. However, social living is based on rules, which are established under the ideal discourse of justice and equality, in order to guarantee the same rights and duties to all. In fact, these seek to organize the activities and order the territory as a form of homogenization and domination, which is often opposed to the heterogeneity of the inhabitants and the spaces that make up the cities. Written rules, whether stated or implied, do not offer the same conditions of appropriation to the entire population. The city often presents itself unequally to different groups and, consequently, promotes diverse possibilities and needs among them. It is at this moment that, molded by what the city provides and its needs, each inhabitant adapts, breaking with what is established, and transforming the space where he lives. Following this thought, the present research seeks to highlight the actions and initiatives of the population that break what is established as a norm for the city and for the coexistence in society, be it in the form of laws, plans or projects. Such actions are referred to as derogatory practices. They investigate their potentials of transformation of the territory and of incentive to the reflection as to how the city is really thought, designed, constructed and experienced. To support the analyzes, derogatory practices were mapped in the city of São Paulo, in Pinheiros and Paraisópolis.

Keywords: public space, urban design, urban appropriation, daily, derogatory practice, Paraisópolis, Pinheiros.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Praça Brooklyn's Pearl Street, em Nova Iorque.	41
Figura 2: Times Square, em Nova Iorque.	41
Figura 3: Faixa verde exclusiva para pedestres na Avenida Liberdade, em São Paulo.	42
Figura 4: Perímetro de Pinheiros.	54
Figura 5: Perímetro de Pinheiros.	54
Figura 6: Relação topografia x malha viária em Paraisópolis e Pinheiros.	55
Figura 7: Tecido de Pinheiros composto por edificações de diferentes padrões.	57
Figura 8: Imagem em 3D do bairro de Pinheiros.	58
Figura 9: Tipos de vilas configuradas em Pinheiros.	59
Figura 10: Escadarias e ruas com diferentes níveis.	60
Figura 11: Camelôs no Largo da Batata em 2001.	61
Figura 12: Largo da Batata antes e depois da intervenção.	63
Figura 13: Largo da Batata após intervenção.	64
Figura 14: Intervenções do grupo "A Batata Precisa de Você".	66
Figura 15: Reuniões promovidas pelo grupo "A Batata Precisa de Você".	67
Figura 16: The Little Coffe Shop.	68
Figura 17: Exemplos de expansão do comércio na calçada. Restaurantes localizados nas esquinas das ruas Artur de Azevedo e Fradique Coutinho. O primeiro explora as potencialidades do espaço livre público, já o segundo define áreas específicas para cada uso.	69
Figura 18: Página ilustrativa do "Manual operacional para implantar um parklet em São Paulo"	70
Figura 19: Parklet da lanchonete "Na Garagem", em Pinheiros.	70
Figura 20: Lanchonete "Na Garagem", em Pinheiros.	71
Figura 21: Iluminação pública proposta pela Lanchonete "Na Garagem", em Pinheiros.	72
Figura 22: Cartazes das festas de rua organizadas pela lanchonete "Na Garagem".	72
Figura 23: Eventos organizados pela lanchonete "Na Garagem".	73
Figura 24: Sebo "Desculpe a poeira"	74
Figura 25: Comércio ambulante.	75
Figura 26: Carnaval em Pinheiros. Blocos de diferentes tamanhos e ruas fechadas previamente pela prefeitura.	77
Figura 27: Histórico de notícias sobre o carnaval em Pinheiros.	78
Figura 28: Beco do Batman.	79
Figura 29: Manifestações contra ação da prefeitura de São Paulo de cobrir grafites e pixos da cidade.	80
Figura 30: COOPAMARE.	81
Figura 31: Catador e seu carrinho no Largo da Batata.	82
Figura 32: Tecido do Morumbi e de Paraisópolis respectivamente.	84
Figura 33: Imagem em 3D de Paraisópolis.	84
Figura 34: Rua Ernest Renan.	87
Figura 35: Rua Ernest Renan.	88
Figura 36: Vitalidade e diversidade das ruas de Paraisópolis.	89
Figura 37: Comércio especializado.	90
Figura 38: Opções de serviços disponíveis.	91

Figura 39: Vitrines de lojas em Paraisópolis.....	92
Figura 40: Lanchonete que segue a moda das lanchonetes da cidade.....	92
Figura 41: Marcas de referência que abriram filiais em Paraisópolis	93
Figura 42: Comércio de menor porte pulverizado pelo território.	93
Figura 43: Bar sendo aberto para receber clientes no fim da tarde.	94
Figura 44: Anúncios imobiliários de pontos comerciais.....	95
Figura 45: Apropriação privada dos espaços livre públicos.	95
Figura 46: Espaços livres públicos resultantes dos projetos de urbanização de favelas.	98
Figura 47: Contraste entre a ocupação existente e a proposta pelo poder público.....	99
Figura 48: Maquete eletrônica do projeto para o Grotinho.	99
Figura 49: Situação atual do edifício implantado no Grotinho.	100
Figura 50: Detalhe do desnível entre a calçada e o pátio interno, assim como para o comércio, que não faz frente para a rua.....	100
Figura 51: Espaço livre público após a entrega da obra.....	101
Figura 52: Situação atual do espaço livre público.....	102
Figura 53: Campo de futebol do Palmeirinha. Espaço livre público de referência em Paraisópolis...	103
Figura 54: Cartazes de convocação para as manifestações.	105
Figura 55: Manifestação na Av. Paulista.	106
Figura 56: Manifestação no Largo da Batata.	107
Figura 57: Manifestações contra a proposta de reorganização escolar.	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COOPAMARE	Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis.
DOTS	Desenvolvimento Orientado ao Transporte
MPL	Movimento Passe Livre
ONG	Organização não governamental
OUC	Operação Urbana Consorciada
PBS	Public Broadcasting Service
PDE	Plano Diretor Estratégico
SEHAB-SP	Secretaria Municipal de Habitação da cidade de São Paulo
TOD	Transit Oriented Development

SUMÁRIO

Capítulo 1. Considerações iniciais	14
1.1 Objetivos	20
1.2 Justificativa	20
1.3 Métodos de Pesquisa	21
1.4 Estruturação do Trabalho.....	24
Capítulo 2. Reflexões e conceitos balizadores da pesquisa	26
Capítulo 3. A apropriação do espaço livre público	35
3.1 A rua	43
Capítulo 4. Práticas derogatórias	51
4.1 Práticas derogatórias em Pinheiros	57
4.2 Práticas derogatórias em Paraisópolis.....	83
4.3 A rua e o cenário político social	105
Capítulo 5. Conclusão e considerações finais	111
Referências	117
Sites Consultados	124

Quem é você”? Perguntou a Lagarta.

Não era uma maneira encorajadora de iniciar uma conversa. “Alice retrucou, bastante timidamente: Eu - eu não sei muito bem, Senhora, no presente momento - pelo menos eu sei quem eu era quando levantei esta manhã, mas acho que tenho mudado muitas vezes desde então.

(Lewis Carroll)

Capítulo 1. Considerações iniciais

Atualmente muito se discute de quem é a cidade, como se houvesse disputa de propriedade: cidades dos automóveis, cidades para pessoas, cidades para todos, cidades para poucos e etc. Diversas são as publicações que tentam se posicionar sobre o tema, excluindo ou dando prioridade aos distintos atores. A presente pesquisa prefere se fixar em uma definição um pouco mais antiga, não de especialista, mas provavelmente elaborada por usuário sensível às dinâmicas sociais da vida pública. No século XVII, quando escreveu a tragédia Coriolano, que narra a saga do general romano Caio Márcio para tomar a cidade de Corioli, o dramaturgo inglês William Shakespeare questionou “E que é a cidade, se não for o povo?” e em sequência responde “Sim, é certo: a cidade é o próprio povo”. (SHAKESPEARE, 2000, p.103).

Cidades foram criadas como locais de trocas, de interação entre seus usuários, sejam estes habitantes ou gente de passagem. São locais dinâmicos voltados ao convívio e que representam, acomodam, influenciam e documentam a história da sociedade. Representam o lugar do encontro com o “outro”: com pessoas, com ideias, com objetivos, com situações que não oferecem apenas o agrupamento de quem se considera igual. É neste ambiente que o planejamento e o desenho urbano buscam atuar e aprender, com casos de sucesso e de fracasso da vida real.

Em geral os resultados reais da atividade do cientista, do planejador, do administrador, do técnico, do político sobre as cidades começam quando toda esta gente sai de cena. Quando os seus projetos deixam de ser mapas, memoriais, orçamentos, leis, decretos ou planos financeiros e se transformam em uma linguagem física decodificável no dia-a-dia. Infelizmente, é neste momento crítico de início e de estratégia que os trabalhos urbanísticos são dados por terminados. Na verdade estão é começando, passando das abstrações estáticas às práticas sociais contaminadoras e cambiantes que caracterizam o que é urbano. Verificar os seus resultados é essencial à própria manutenção da ideia do urbanismo como área especial do saber que merece os foros de disciplina acadêmica e de domínio profissional erudito. (SANTOS, 1985, p.07)

Pensar e atuar sobre a cidade não é ato apenas para urbanistas, deve-se lembrar de que todo cidadão é usuário ativo, age, percebe e opina, mesmo que inconscientemente, sendo capaz de transformar o ambiente onde vive. Cabe assim a todos avaliar quais ações contribuem de forma inclusiva, com benefícios comunitários, e as desenvolver e reproduzir da forma mais efetiva possível.

A implicação é que nós, individual e coletivamente, fazemos nossas cidades através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. Todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes disso ou não. (HARVEY, 2013, p.31)

Todos têm o direito de assumir sua posição como cidadãos. O direito à cidade representa entre outras questões a possibilidade de transformar o cotidiano, de forma que cada habitante possa de fato vivenciar e transformar o espaço onde vive, passando assim a pertencer a este.

O direito à cidade “não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais”. Ao contrário, “ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana”. A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. Mas se Park está certo – ao refazer a cidade refazemos a nós mesmos -, então precisamos avaliar continuamente o que poderemos fazer de nós mesmos, assim como dos outros, no decorrer do processo urbano. (HARVEY, 2013, p. 28)

Ao mesmo tempo em que as escolhas diárias dos habitantes dependem do que a cidade lhes oferece, esta também é moldada pelas escolhas de quem a vivencia: muda-se junto, dialeticamente. O desenho urbano está diretamente relacionado com a maneira que se existe na cidade – os caminhos percorridos, o modo de deslocamento e o uso que se faz dos espaços.

Segundo Jacobs (2000, p. 12), para que se tenha uma real noção das dinâmicas de uma cidade, é necessário analisar as ações cotidianas, muitas vezes involuntárias, mas que da melhor forma possível representam a relação do homem com a cidade, com o ambiente onde vive e com outros homens, seja essa harmônica ou não. Tal princípio é uma das ideias fundamentais deste trabalho, ele nasce da observação do cotidiano e da busca do entendimento dos seus significados e consequentes aprendizados que levam à melhoria do ambiente urbano.

A maneira de decifrar o que ocorre no comportamento aparentemente misterioso e indomável das cidades é, em minha opinião, observar mais de perto, com mínimo de expectativa possível, as cenas e acontecimentos mais comuns, tentar entender o que significam e ver se surgem explicações entre eles. (JACOBS, 2000, p. 12).

Muitas vezes, a cidade é produto de ações que destacam o individual, não só no que se refere ao cidadão, mas principalmente representando determinado grupo de características sociais e econômicas específicas. Não é raro encontrar iniciativas, privadas e públicas, que buscam evitar a vida coletiva, que prometem o único, a possibilidade de ter algo só seu, ou no máximo compartilhado por quem é considerado igual. O termo exclusivo passou a ser usado como atributo ao modo de vida urbano, como se devesse ser almejado pelas pessoas. Tal segregação pode ocorrer em diversos sentidos, físico ou social, e tem seu reflexo em diferentes aspectos do ambiente urbano: na disponibilidade dos serviços, na sensação de segurança, na qualidade do espaço e até da paisagem.

Tal forma de ver e perceber a cidade tem como decorrência processos de acentuada fragmentação. As relações sociais têm se dado cada vez mais em espaços privados e consequentemente o sentimento da vida pública, dos espaços comuns a todos têm modificado seu significado.

Os bairros viraram alvo de disputas de grupos sociais pelos “seus direitos” de uso e pelos investimentos por parte do Estado. Ou seja, as cidades contemporâneas apresentam tendências de polarizações e um distanciamento social. A utilização conflituosa do espaço público acarreta divisões excludentes, quando, por exemplo, o Estado se manifesta de forma desigual à medida que certas áreas recebem mais investimentos e infraestrutura do que

outras. Os investimentos públicos muitas vezes reforçam as diferenças e desigualdades, ao invés de reduzi-las. A falta de investimentos, públicos e privados, mais igualitários determinam a disponibilização de serviços e oferta de empregos acentuando as diferenciações sociais e espaciais.

Neste contexto de contínua polarização da cidade, determinados lugares aparentam adquirir identidade segundo o uso de uma classe e parecem limitados por barreiras invisíveis, onde as tipificações sociais determinam a qual grupo pertence o “direito” de se apropriar deste ou daquele espaço, em detrimento de outros. Conclui-se então que as diferenças podem ser, em alguma medida, reforçadas ou mitigadas pelas ações públicas, privadas, coletivas ou individuais.

Considerando o exposto acima, percebe-se que embora por princípio, o que está posto para a cidade na forma de leis, planos e projetos tenha sempre como ideologia criar regras de convívio social, que recaem sobre todos, a forma como esses se materializam no território muitas vezes não contempla as necessidades dos habitantes igualmente. É neste momento que cada pessoa, de acordo com sua necessidade diária e considerando o quanto é atendida pelo que a cidade lhe oferece, adapta, cria seu próprio modo de usar e transformar o espaço onde vive. Holloway (2013) denomina o rompimento com o que está posto para a sociedade como *fissura*, e a define ao mostrar o exemplo de uma mulher, Rosa Parks, que se recusou a ir para a parte de trás de um ônibus.

Aquele ato, que detonou o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, hoje nos parece simples afirmação de um direito humano, mas em seu momento ele foi uma aposta audaciosa e experimental, o cruzar de um limiar em direção a um mundo que poderia ou não existir. Isto está na natureza de nossas fissuras: elas são a encenação de um mundo que não existe, na esperança de que através da encenação, possamos realmente fazê-lo respirar; ou melhor, sabendo que esta é a única maneira pela qual podemos trazê-lo à vida. (HOLLOWAY, 2013, p. 40)

Esta dissertação tem como propósito analisar ações das pessoas na cidade, principalmente no que se refere às, denominadas neste trabalho, *práticas derogatórias*. Considera-se prática derogatória qualquer iniciativa que vai contra o que está posto para a

cidade, seja por legislação, planos, projetos ou políticas públicas, e que permita a reflexão crítica em relação a esses mecanismos de controle e ação da cidade.

De forma mais abrangente, o termo *derrogatório* tem como base seu uso no Direito, no qual se refere ao que tem força de revogar ou anular parte de uma disposição, seja lei ou convenção. Aliando este conceito ao definido nos dicionários¹ para os termos *derrogar*, *derrogação* e *derrogatório*, nos quais também são consideradas ações que vão contra um status ou convenção, a pesquisa adota o termo *práticas derrogatórias* para se referir às ações na cidade que não estão em conformidade com o que está disposto nas legislações e projetos urbanísticos, podendo estas, porém, resultar em benefícios ao ambiente urbano, mesmo que seja para uma pequena parcela da população, por tempo limitado.

Buscam-se práticas que, principalmente no que se refere às atividades cotidianas, atendam as demandas e necessidades da população de forma mais eficaz do que o que é determinado pela cidade formal, tendo assim consequências urbanas e sociais inclusivas, dinamizadoras da vida pública. De certa forma, as práticas se assemelham às fissuras de que trata Holloway.

[...] a mudança social não é produzida por ativistas, por mais importante que o ativismo possa ser no processo (ou não). A mudança social é, ao invés disso, o resultado da quase invisível transformação das atividades diárias de milhões de pessoas. Temos de olhar além do ativismo, para os milhões de recusas e de outros afazeres, as milhões e milhões de fissuras que constituem a base material da possível mudança radical. (HOLLOWAY,2013, p. 15 e 16)

¹ Conceitos para os termos *derrogar* e *derrogatório* de acordo com o dicionário Michaelis(In <http://michaelis.uol.com.br/>).

Derrogar

1 JUR Abolir ou revogar (a lei) não no todo, mas em parte das suas disposições.

2 JUR Conter disposições contrárias a; restringir.

3 POR EXT Praticar atos contrários a padrões estabelecidos.

4 Tornar nulo; abolir, anular, extinguir.

Derrogatório

1 Que derroga ou envolve derrogação.

2 Diz-se daquilo que tem o poder de anular qualquer disposição.

Vale ressaltar que a presente pesquisa admite que muitas práticas derogatórias trazem malefícios. Porém, a intenção é demonstrar como a cidade, como organismo vivo, testada diariamente por sua população, tem muito de seus atributos provenientes de tais ações. Considera-se que os resultados dessas devem servir de referência ao se elaborar proposta para o espaço livre público, já que refletem as verdadeiras ações das pessoas sobre o território onde vivem. Planejadores, geógrafos, políticos e todos os profissionais que têm a cidade como objeto de trabalho devem ser sensíveis, abertos às colaborações e ações diárias dos demais habitantes.

É importante não romantizar estas fissuras, ou atribuir-lhes uma força positiva que não possuem. Mas é aqui que começamos: a partir das fissuras, das rachaduras, dos rasgos, dos espaços de rebelde negação-e-criação. Começamos do particular, não da totalidade. Começamos a partir do mundo da inadequação, a partir da multiplicidade de rebeldias particulares, dignidades, fissuras, não da grande Luta unificada que simplesmente não existe, nem a partir do sistema de dominação. Começamos a partir do estar bravo e perdido e tentar criar alguma outra coisa, porque isto é onde vivemos, isto é onde estamos. Talvez seja um lugar estranho para começar, mas estamos procurando uma coisa estranha. Estamos procurando esperança em uma noite escura. Estamos tentando teorizar esperança-contra-esperança. Este é seguramente o único ponto da teoria que ainda resta. (HOLLOWAY, 2013, p. 22 e 23)

Entende-se que existem múltiplas percepções e possibilidades individuais e coletivas de subverter a lógica institucionalizada dos espaços públicos. Um mesmo lugar pode gerar inúmeras representações, conforme a multiplicidade de visões e apropriações que se possa ter, e assim extrapola os próprios limites das classificações e das homogeneizações existentes. Entretanto, a presente pesquisa considera que se as práticas derogatórias não forem identificadas e confrontadas com a cidade formal, é como se elas não existissem, pois o discurso dominante sempre irá se impor.

1.1 Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é, por meio de casos empíricos, registrar e analisar criticamente o potencial das práticas derogatórias como formas de transformação do ambiente urbano, considerando que tais ações podem incentivar a apropriação do espaço livre público pelas pessoas e, principalmente, instigar a reflexão sobre como se deve pensar, projetar, construir e gerir a cidade.

Como objetivos específicos destacam-se:

- a) Realizar reflexão teórica a respeito dos distintos usos e apropriações dos espaços públicos, reforçando ou contrapondo a teoria com base em análises empíricas e das representações sociais.
- b) Identificar como as pessoas se apropriam do espaço livre público e em quais momentos a dominação dos setores hegemônicos (formas de normatização, institucionalização, opressão, homogeneização e etc.) se manifesta ou é ignorada, podendo tais ações ocorrer em situações cotidianas ou momentos específicos, como as manifestações, por exemplo.
- c) Registrar exemplos de práticas derogatórias que instiguem a reflexão sobre a produção do espaço livre público. Busca-se com isso ajudar a suprir a carência de registros de tal natureza, que possam servir de orientação para futuros projetos.

1.2 Justificativa

Por seu protagonismo no diálogo constante entre cidade e habitante, dedica-se esta pesquisa à análise sobre o papel das atividades cotidianas na produção dos espaços livres públicos das cidades e a conseqüente apropriação desses por parte da população.

Assim como posto por Lefebvre (2001, pg.1) quando este questiona a cidade sistematizada, a presente pesquisa quer dar subsídios para que se possa romper com os atuais sistemas e a ordem com os quais a cidade é produzida. A intenção é de não substituir esses sistemas por novos, mas sim rever pensamentos e ações que demostrem como a cidade é produzida na sua realidade, e principalmente apontar novos modos para se pensar e construí-la.

A manutenção da temática e da estrutura desta dissertação se deve também à atualidade e pertinência do objeto de estudo, o espaço livre público, principalmente no que se refere às formas de apropriação da rua, e sua relação com o processo de produção do espaço urbano e da cidade em última instância.

Há certa emergência do assunto no cenário político social atual, ganhando este destaque principalmente pelos debates que suscitaram a partir do ano de 2013, quando no Brasil, e em diversos outros países, ocorreram manifestações populares, de distintos propósitos, mas que de modo similar se materializaram nas ruas tomadas por grande número de pessoas.

Por fim, acredita-se que a relevância da presente pesquisa reside na análise reflexiva, que busca gerar a crítica do pensamento, ultrapassando intenções tautológicas ou a simples exposição e descrição de planos e projetos urbanos e seus resultados.

1.3 Métodos de Pesquisa

O método da pesquisa é fundamentalmente empírico, com avaliação da situação existente. A abordagem analítica que se propõe para o espaço público tem a sua base teórico-metodológica na produção do espaço urbano – a cidade como produto e condicionante da reprodução da sociedade, da reprodução da vida, das relações sociais que se manifestam, ou seja, o espaço construído e modificado, no dia-a-dia, nas ações cotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciando esse cotidiano. Adota-se o espaço livre público, principalmente a rua, como suporte fundamental das ações cotidianas da população, e conseqüentemente, dos exemplos que fundamentam esta dissertação.

Com base nos objetivos estabelecidos, foram definidos os métodos utilizados. Estes são de duas naturezas: revisão bibliográfica e levantamento e análise de dados, sendo este composto por observação em campo para reconhecimento e avaliação de práticas derogatórias que fomentem reflexões sobre a cidade. Segue descrição detalhada de cada etapa do trabalho.

Revisão bibliográfica

Com relação aos procedimentos metodológicos envolvidos na elaboração do trabalho, o primeiro passo foi o estudo de referências bibliográficas sobre os temas relacionados à produção e apropriação dos espaços livres públicos. Foram utilizados livros, artigos de revistas e de congressos, apostilas, dissertações e teses nacionais e internacionais, que estão listados nas referências bibliográficas. Vale ressaltar que se buscou a colaboração de referências de outras áreas de conhecimento além da Arquitetura e do Urbanismo, recebendo destaque a Geografia e a Sociologia. A análise da teoria capacitou a pesquisadora para a coleta, sistematização e análise dos dados levantados.

Levantamento e sistematização de dados

A necessidade de selecionar áreas da cidade que dessem base para o desenvolvimento desta pesquisa se deu por conta de dois fatores; primeiramente, por se tratar de tema que aborda diretamente o cotidiano das pessoas na cidade, buscou-se confrontar as ideias defendidas nesta pesquisa com exemplos reais de contextos urbanos diversos; além disso, como a pesquisa busca incitar a reflexão sobre como se deve atuar na cidade, os exemplos se tornam necessários para que se demonstrem diferentes escalas e formas de apropriação, sendo possível avaliar seus resultados físicos e sociais.

Assim, para melhor desenvolvimento das ideias, por se tratar de proposta de análise objetiva da apropriação do espaço público e também subjetiva das representações sociais, definiu-se que para ilustrar o conteúdo a ser discutido, seriam usados exemplos reais da cidade de São Paulo e adotou-se Paraisópolis e parte do Bairro de Pinheiros como recortes empíricos para a discussão.

Na perspectiva de campo foram levantados os dados necessários para a análise do estudo de caso proposto, com base nas etapas indicadas por Yin (2001, p.12), “[...] definição do problema, delineamento da pesquisa, coleta de dados, análise de dados e composição e apresentação dos resultados”.

Nessa fase foram necessários, após a definição dos perímetros de estudo:

- Levantamentos documentais da fase de diagnóstico.
- Visitas a campo para identificação das práticas derogatórias e seus efeitos em cada um dos perímetros estudados.

- Registro fotográfico das práticas derogatórias.
- Análises de cada prática derogatória dentro do contexto urbano na qual está inserida.

Com base nos dados levantados e sistematizados, foi realizado o estudo, caso a caso das práticas levantadas. Neste momento, identificou-se que cada uma delas continha contextos e conceitos específicos, não só de sua condição urbana, mas principalmente social. Tal condição fez com que não fosse possível utilizar nenhum método comparativo de análise entre elas.

A forma encontrada para identificar a apropriação dos espaços baseou em análises obtidas a partir das idas a campo, que se realizaram frequentemente, durante todo o processo de construção da pesquisa. Nesses momentos se buscou perceber no espaço diferentes situações. Para isso, houve a preocupação em alternar dias e turnos das visitas, já que os tipos de frequentadores e usos variam bastante dos dias úteis para os fins de semana, dos turnos diurnos para os noturnos, dos dias com sol, para os dias nublados ou chuvosos.

Definiu-se então, linhas de análise para cada perímetro no qual as práticas derogatórias foram levantadas. Em Pinheiros buscou-se identificar as práticas que fortaleciam a vitalidade do espaço livre público e que causavam surpresa ao serem classificadas dessa forma. Já em Paraisópolis, a identificação dessas não foi necessária, devido à abundância, ou quase totalidade, no território. Assim, a análise se fixou principalmente no resultado que essas geram no espaço livre público e na apropriação desse por parte da população.

Vale ressaltar que não se considera este trabalho como estudo de caso dos perímetros escolhidos, já que se reconhece que a reflexão e caracterização de todas as relações sociais, econômicas e até políticas que essas abrigam não foram esgotadas no contexto estabelecido por esta pesquisa.

Quanto à definição dos métodos de pesquisa, considera-se importante destacar que o enfoque desta é o registro e a análise de práticas derogatórias e seus efeitos nas dinâmicas das cidades. Portanto, não foi considerado escopo do trabalho propor alternativas ou projetos que questionem opções de melhoria para os espaços livres públicos estudados.

Dado que se busca investigar ações espontâneas de transformação da cidade, e instigar que arquitetos e urbanistas passem a aprender mais com as ações cotidianas que se expressam na cidade antes de proporem alterações, considerou-se que dizer o que era melhor para cada situação estudada, por meio de projeto, seria contraditório ao objetivo principal da dissertação.

1.4 Estruturação do Trabalho

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo o **primeiro capítulo** de introdução, composto pela contextualização, objetivos, justificativa do tema, métodos realizados para o desenvolvimento da pesquisa, além de sua estruturação. No **segundo capítulo** são reunidas não só definições, mas também reflexões, sobre termos e conceitos que darão base a discussão realizada no trabalho.

Posteriormente, desenvolve-se o **terceiro capítulo** sobre o protagonismo do espaço público nas relações entre a cidade e seu habitante. São incluídos na discussão aspectos da produção do espaço livre público, no qual este adquire papel fundamental como palco da relação conflituosa entre dominação e apropriação. Neste momento a pesquisa apresenta a rua como protagonista, sendo esta o principal local onde se manifestam as contradições e os conflitos, onde se publicitam as demandas sociais, e onde de fato as relações socioespaciais se expressam e passam a existir.

O **quarto capítulo** apresenta a discussão proposta pela pesquisa a respeito das práticas derogatória e seus efeitos na apropriação e morfologia da cidade. A apresentação dessas foi categorizada de acordo com as áreas definidas para estudo, Pinheiros e Paraisópolis. De forma complementar, propõe-se a reflexão sobre as manifestações, considerando essas práticas derogatórias de grande relevância para o momento sócio-político-cultural que as cidades atravessam atualmente.

O **sexto capítulo** apresenta as conclusões e as considerações finais acerca do trabalho elaborado, bem como apontamentos para elaboração de novas pesquisas relacionadas ao tema estudado. Ao fim do texto, encontram-se referências bibliográficas.

A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos.

(HARVEY)

Capítulo 2. Reflexões e conceitos balizadores da pesquisa

Muito já se discutiu, não só na área da Arquitetura e do Urbanismo, mas em outras disciplinas como Geografia e Sociologia, por exemplo, sobre os conceitos que balizam esta dissertação: espaço, lugar, paisagem, espaços livres públicos, sistemas de espaços livres, entre outros. Considera-se que as referências bibliográficas servem como fonte de argumentação e delineamento, constituindo o quadro conceitual geral que fundamenta os princípios metodológicos adotados.

Já nas considerações iniciais deste trabalho, buscou-se sempre referenciar o exposto com autores que dão suporte ao estudo, porém antes de se iniciar a discussão proposta, não se pode furtar de definir de forma mais abrangente como se considera, nesta pesquisa, alguns termos, seus componentes de análise, de acordo com alguns autores de referência. Tais definições se mostram essenciais para o desenvolvimento do trabalho, já que demonstram como sua evolução foi balizada por meio de referencial teórico, embasando a argumentação e, conseqüentemente, as conclusões a serem levantadas.

Para a conceituação e discussão sobre espaço e lugar, a presente pesquisa se baseia em Milton Santos (1985, 1987 e 1996)². Em suas obras o autor apresenta o espaço como uma instância social, ao mesmo nível da instância econômica e da instância cultural, ideológica e política; um conjunto indissociável de sistema de objetos e de ações. O espaço é influenciado pela técnica de duas maneiras, primeiro pela infraestrutura e segundo pelas transformações que essa gera.

Os lugares são uma categoria deste espaço e se constituem como espaços da co-presença. São os locais onde se realizam as ordens globais, mas também são o espaço de resistência, onde diferentes racionalidades se chocam. Assim, esse se constitui, na dialética da cotidianidade, como espaço da surpresa, não sendo limitado ao modo de produção dominante. No lugar, o cotidiano é compartilhado entre as mais diversas pessoas, tendo a cooperação e o conflito como base da vida comum.

Os lugares redefinem a técnica, e a análise dessa relação pode contribuir na análise da produção e transformação do espaço. A questão é saber, de um lado, em que medida a

² Foram consideradas três obras do autor, Espaço e método (1985), O espaço do cidadão (1987) e A natureza do espaço (1996), sendo em todos os casos utilizadas edições impressas em 2012.

noção de espaço pode contribuir à interpretação do fenômeno técnico, e, de outro, verificar, sistematicamente, o papel do fenômeno técnico na produção e nas transformações do espaço. A técnica vai influenciar o espaço de distintas formas, da mesma forma que os lugares vão redefinir as técnicas. Para o autor, o mundo é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares.

Sobre a produção e apropriação do espaço livre público a dissertação se baseia nas contribuições de Lefebvre (1991, 1999, 2001 e 2006), nas quais o autor estabelece relações analíticas entre o urbano e a vida cotidiana, sendo estes, ao mesmo tempo, produto e produtores do espaço. Para o autor, a dimensão espacial é entendida pela relação entre o espaço percebido, concebido e vivido. Uma das principais contribuições deste conceito se encontra na incorporação da análise da reprodução das relações sociais – e para tanto, os parâmetros são as práticas da vida cotidiana na sociedade – também como produtora do espaço.

Para a análise do espaço com relação às interações das relações e da reprodução social, o autor se vale de três conceitos: a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação. A prática espacial é o que produz as formas da sociedade, é o espaço percebido e material, que se configura como a expressão e organização das relações sociais. A representação do espaço corresponde ao espaço concebido, abstrato, objeto das ideias, dos pensadores, planejadores e urbanistas, que tentam impor sua concepção e leitura do espaço como verdade. Os espaços de representação se referem ao espaço vivido, associado à realidade urbana como um conjunto de signos, sendo onde o cotidiano efetivamente se expressa.

Para o autor, o espaço tem caráter paradoxal, ao mesmo tempo homogêneo e desarticulado. Por um lado, existe a fragmentação do espaço (particularidades, segregações, conflitos, valor de troca), e, por outro, a capacidade de produção do espaço em escala global. Esse paradoxo também é válido para a análise do tempo que, para além da escala temporal linear, possui distintos usos, que também podem ser comprados e vendidos, como, por exemplo, o tempo de lazer, de produção, de consumo e de trabalho. Trata-se então, de pensar a cidade a partir da relação espaço-tempo e a ler por meio das expressões dos diferentes modos de comportamentos e hábitos da população.

O autor também distingue o que denomina de “ordem próxima (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados,

relação desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado)” (2001, p. 52). Assim, a apropriação da cidade pelos cidadãos e a vida cotidiana está relacionada ao valor de uso e à ordem próxima, sendo através da mediação e das representações do espaço que a ordem distante exerce a dominação, através do valor de troca e da sua produção orientada para a regulação e a manutenção do controle das práticas espaciais.

Considerando essa perspectiva, a produção do espaço é resultado da relação entre a imposição dominante de forças hegemônicas (mercado, instituições, governos) e a apropriação por parte dos cidadãos (vida cotidiana). A população e os movimentos sociais não atuam apenas como reação às políticas impostas, eles são formadores e condicionantes das políticas públicas e privadas, mesmo que muitas vezes indireta e inconscientemente.

Para Sobarzo (2006), apoiado na obra de Lefebvre, a produção do espaço pode ser lida a partir da oposição entre a dominação – política e econômica, por meio das ações estatais, das elites locais e dos processos hegemônicos de acumulação do capital – e a apropriação – relações socioespaciais produzidas pelo uso e nas práticas cotidianas. O autor destaca que essa oposição não deve ser entendida como dicotomia, e só pode atingir seu significado quando as duas esferas são relacionadas e contrastadas. O autor define:

Podemos pensar a leitura da produção do espaço público em termos da dominação, como relações de verticalidade ou processos “vindos de cima” que alteram o caráter do público na cidade. No caso da produção e apropriação desses espaços pelo uso, as relações podem ser lidas na horizontalidade, como uma metáfora de trajetórias no espaço de pessoas, que no seu dia-a-dia, constroem (e são construídas), modificam (e são modificadas) e dão (encontram) sentidos ao (no) espaço público. (SOBARZO, 2006, p. 11)

Com isso, entende-se que não é correta a utilização da expressão de apropriação privada do espaço, pois essa consiste em uma contradição conceitual, visto que os setores privados e as elites locais intervêm no espaço de forma hierárquica, produzem desigualdades e privilegiam a acumulação e a reprodução do capital. Segundo Sobarzo, a dominação pode ser analisada sob a perspectiva do “poder no espaço”, que seria o controle

do espaço, a normatização e regulação do mesmo. E também pelo “poder do espaço”, que é produzido nas desigualdades e contradições da sociedade, e teria a capacidade de facilitar ou dificultar a dominação política.

Aparentemente, o poder dominante adquiriu na sociedade contemporânea um papel de transformação nunca visto, as associações entre o poder político, econômico e midiático ditam as “regras” da produção do espaço urbano, criam valores, necessidades e representam o mundo a sua maneira. Usam de estratégia na qual manipulam informações ou simplesmente às omitem, criminalizam movimentos sociais e a pobreza, dispersam a classe obreira, escondem as desigualdades, confundem repressão com segurança e, principalmente, fazem a população acreditar que esses não têm o real controle da dominação que exercem, e que os problemas da sociedade são “culpa do sistema”, expressão utilizada pelo senso comum que resulta em um conformismo e desesperança de transformação, já que o mundo é “controlado” por um sistema perverso e invisível.

Outra referência utilizada é de Serpa (2005), sobre o espaço público na cidade contemporânea, onde esse é compreendido como espaço de ação política, e deve ser analisado sob a perspectiva de sua incorporação como mercadoria a ser consumida dentro da lógica de produção capitalista. É no espaço público que se refletem as tensões e conflitos da sociedade, justamente por ser legalmente regulado pelo Estado, dominado e induzido pelo poder econômico e apropriado e vivido pelas pessoas por meio das relações socioespaciais.

Serpa (2007) dedica um capítulo de sua obra para as representações, inclusive propondo uma “geografia das representações sociais”. O autor aborda a necessidade do espaço em ser cognitivamente “organizado” e decodificado para então ser incorporado à memória e as estruturas de representação.

A questão central é não reduzir o comportamento à percepção, buscando metodologias de pesquisa que procurem dar conta do maior número possível de mediações que incidem sobre os (complexos) processos cognitivos, indo da vivência à experiência, do percebido ao vivido, e verificando quais estratégias estão na base das estruturas de representação dos agentes hegemônicos da sociedade. São estes últimos que detêm o poder dos meios de comunicação e das instâncias políticas de

planejamento, interferindo nos espaços de representação, através dos espaços concebidos por eles próprios. (SERPA, 2007 p. 175)

Para a conceituação da esfera pública, a pesquisa assume o conceito formulado por Arendt (1958), entendendo esta como a esfera da ação política, envolvendo atividades pertinentes ao mundo comum. Para a autora, todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato dos homens viverem juntos. Há que se observar atentamente e reconhecer qualidades na vida “em público” mesmo nas ações cotidianas.

A autora parte do conceito de vida ativa para designar não uma suposta natureza (essência) dos homens, mas sim as atividades fundamentais que constituem a condição humana, definindo essas como trabalho, obra e ação. O “trabalho” refere-se ao ciclo vital dos homens e diz respeito àquilo que é próprio do animal laborans. A “obra” trata da mundanidade artificial e está associada à condição do homo faber. Por fim, a “ação” é a mediação da vida política e corresponde à condição humana da pluralidade.

Na perspectiva de Arendt (1958), os homens ganham excelência na atividade de trabalho e perdem em capacidade de discurso e de ação, o que coloca o problema da despolitização dos sujeitos e do crescente pragmatismo e instrumentalização do mundo. A autora reconhece que o homem moderno está cada vez mais alienado e apolítico, e a mesma afirma que o engajamento na ação política implica na capacidade de transcender os processos da própria vida.

A ação é a característica do homem na condição de homem, característica esta que tem o poder de fazer com que ele se insira a esfera pública, de fazer com que ele revele quem ele e inicie novos processos ilimitados. Agindo, o homem se desvincula do reino doméstico e entra no espaço político. A própria ação é a liberdade e, por consequência, só se é livre enquanto se está em espaço público. Com a crescente despolitização do homem, e reduzida a ação, tem-se reduzido o espaço público.

Vale ressaltar que a autora, já no prefácio de sua obra, anuncia que seu propósito não é fornecer respostas teóricas às perplexidades modernas, mas pensar o que se está fazendo a partir de experiências e temores mais recentes. A produção de Arendt se mostra relevante quando esta exalta que a qualidade do homem, o que lhe dá condição humana, é a capacidade de ter visão crítica e avaliar as condições e regras sob as quais vive, e assim poder agir caso estas sejam contra seus princípios, vontades ou necessidades na vida. A

autora demonstra que o homem que vive sob o sistema e acata, sem refletir sobre seu papel, embora considere que está correto, pois cumpre ordens sem falhar, na verdade abre mão de sua condição humana, deixando de reconhecer seu papel sobre as definições de sua própria vida e, principalmente, perante a sociedade.

Harvey (2012) pondera que a urbanização gerou uma sociedade muito heterogênea, onde se torna difícil estabelecer projeto político coerente, tamanhas as diferenças de desejos e necessidades. Ao concentrar os investimentos nos polos de desenvolvimento, em detrimento das regiões menos favorecidas, se estabelece política clara de desenvolvimento urbano desigual.

Determinados lugares aparentam adquirir status de uso por uma ou outra classe, e parece que se criam barreiras invisíveis, onde as tipificações sociais determinam a qual grupo pertence o "direito" de se apropriar deste ou daquele espaço, em detrimento de outros grupos. Harvey (2013), em seu texto sobre A Liberdade da Cidade, nos mostra que a cidade vive de seus conflitos e fragmentações, que inevitavelmente se refletem em tensões civis, disputas do que chama de diferentes noções de direitos afirmados e buscados. Entretanto, são nesses espaços que "o direito à diferença" se manifesta, através dos choques de visões, formas, usos e desordens.

O autor mostra em sua obra que o direito à cidade é um direito de fazer a cidade de acordo com as necessidades coletivas e diárias e que este é uma maneira alternativa (ao modelo atual socialmente imposto) de simplesmente ser humano.

Marcelo Lopes de Souza apresenta uma crítica ao conceito de representação social. O autor considera esse "fraco" por não comportar as contradições sociais, porém não desprovido de utilidade, que no seu entender serviria para "elucidar e a narrar/descrever as construções discursivas de grupos específicos em meio à luta e aos conflitos no plano do simbólico." (SOUZA, 2011, p. 160). Assim, devido o caráter espacializado e espacializante das representações, considera a denominação de representações socioespaciais mais adequada para entender os discursos e as palavras em seu contexto.

As representações sociais participam dos processos de organização simbólico-discursiva da realidade social; elas envolvem, influenciam as reações no cotidiano e modelam o senso comum, ao mesmo tempo em que se acham imersas no nesses. As representações são um campo de disputa simbólica, e as "significações imaginárias sociais"

que, tão amiúde, nelas se acham reificadas ou diluídas, são, simultaneamente, também as “armas” simbólicas discursivas dessas contendas. Dar novos significados aos espaços representa fazer o mesmo com as relações sociais e grupos sociais, e vice-versa. O que está em jogo é, no caso de conflitos sociais, aquilo que é legítimo e aquilo que não é, aquilo que é justo e aquilo que não é, tendo, no limite, implicações quanto ao que passará ou não a ser (ou deixará de ser) legal, ou aquilo que deverá ser eliminado ou perseguido ou, pelo contrário, tolerado e até quem sabe, saudado. (SOUZA, 2011, p. 160)

O autor reafirma, através das representações, duas questões relevantes. A primeira se refere às novas significações do espaço, que permitem dar novos significados às relações sociais, e vice-versa. Entende-se que essas transformações se possibilitam por meio das apropriações e intervenções no espaço urbano, e que se possuírem um caráter crítico e lúdico, possivelmente adquiram um potencial maior de difusão. Agem sobre o comportamento afetivo das pessoas, tornando familiares práticas reflexivas sobre a função real do espaço, permitindo que se naturalizem e reproduzam, superando os usos estabelecidos, transformando-o. A segunda questão é sobre as classificações tomadas como verdades que conferem a grupos específicos “direitos” de usos, criando espacialidades segregantes. Os conflitos sociais estariam baseados numa luta de classificações que legitimem suas práticas diferenciadas

Uma referência que destaca a importância das atividades cotidianas é Jacobs (2000). Sua obra apresenta a crítica ao urbanismo ortodoxo moderno que, em sua opinião, se preocupa mais com a impressão exterior imediata, com a forma, do que com o funcionamento real da cidade.

A autora faz a sua análise por meio da simples observação da cidade, sob a perspectiva de quem vive o cotidiano, e faz a valorização do espaço que considera fundamental para a diversidade, as ruas e calçadas, que avalia serem mais importantes para vida pública cotidiana do que os demais espaços públicos como parques e praças. Jacobs mostra que as cidades seguem sendo produzidas por teorias urbanísticas funcionalistas e atrasadas. A distância com a realidade urbana e as reais necessidades da população criam projetos urbanos fadados ao fracasso. Para a autora:

As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório

que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias. Ao contrário, os especialistas e os professores dessa disciplina (se é que ela pode ser assim chamada) têm ignorado o estudo do sucesso e do fracasso na vida real, não têm tido curiosidade a respeito das razões do sucesso inesperado e pautam-se por princípios derivados do comportamento e da aparência de cidades, subúrbios, sanatórios de tuberculose, feiras e cidades imaginárias perfeitas – qualquer coisa que não as cidades reais (JACOBS, 2000, p.5)

Por fim, como referência mais próxima ao termo estabelecido para esta pesquisa, prática derogatória, considera-se a obra de Holloway (2013) e o que este denomina fissuras. Tendo o capitalismo, e seus resultados sociais, como principal objeto para o rompimento da sociedade, o autor apresenta diversas formas de quebra de paradigmas movidos pela população a fim de atender suas necessidades, e conseqüentemente afetar o território e a comunidade a qual se pertence.

Para Holloway, cada cidadão deve ser rebelde, não vítima; sujeito, não objeto. Em confluência com Arendt, considera que a chave para as pessoas serem plenamente humanas é recusar, desobedecer, é decidir não mais servir e ser livre. Mas para o autor, não mais servir também não é suficiente, é preciso um “outro-fazer”, uma atividade alternativa, que possa ser convertida em ponto de negociação com o que é imposto.

Ao apresentar as fissuras como a abertura de um mundo que se apresenta fechado, o autor demonstra a tentativa de se romper com as aparências de um mundo de coisas e forças incontroláveis e passa a entender o esse sob a perspectiva do poder fazer humano. O movimento das fissuras é um movimento da experiência, um “aprender-na-luta” (2013, p.24).

O que transforma o velho no novo
bendito fruto do povo será.
E a única forma que pode ser norma
é nenhuma regra ter;
é nunca fazer nada que o mestre mandar.
Sempre desobedecer.
Nunca reverenciar
(Belchior)

Capítulo 3. A apropriação do espaço livre público.

O presente trabalho propõe a reflexão teórica sobre o espaço livre público e suas possibilidades de apropriação cotidiana, analisadas, principalmente, a partir da ação da própria população. A motivação desta pesquisa decorre da intenção de voltar o olhar para novas formas de perceber os usos e as identidades da cidade.

Para se pensar e refletir sobre os espaços livres públicos é necessário contextualizá-los dentro da complexidade da produção dos espaços urbanos em geral, buscando o entendimento em relação à totalidade das relações sociopolíticas que os condicionam e definem.

O espaço renova seu significado constantemente e muda seu papel de importância temporalmente nas cidades conforme distintas produções do espaço urbano. Em geral, estas formas de produção do espaço urbano se relacionam com a ideologia do modelo de produção predominante. Assim, a disposição do espaço urbano traduz as relações conflitantes entre o poder e as práticas socioespaciais.

Ainda que não existam restrições enquanto ao uso, e embora carregue um pretenso sentimento de um espaço livre e democrático, não se pode deixar de considerar o espaço livre público enquanto um espaço que reflete a sociedade, onde a acessibilidade não é igualitária, onde existe dominação política e econômica, segregação social, pressão imobiliária, crimes e violência.

Retomando as contribuições de Lefebvre, o espaço urbano é vivenciado na sua dimensão cotidiana e concreta, porém é planejado em uma perspectiva abstrata, idealizada por seus agentes que, muitas vezes, não consideram a vida e as relações que dão sentido ao que esse planejamento que se propõe a transformar. As ações do estado e do capital tentam “criar consensos” e definir quais são as necessidades, o que classificam por opinião pública. O poder público pode até induzir, mas não tem a capacidade de definir e condicionar todos os fluxos da cidade. Ou seja, a relação de produção do espaço é complexa e não linear.

A configuração espacial das cidades, resultante da produção do espaço, é um dos elementos que condicionam a localização das atividades no território, influenciam as formas de interação social e de mobilidade urbana. A cidade é constituída de componentes estáticos e móveis, que se alteram constantemente. A forma como se organizam e as condições das infraestruturas existentes influenciam diretamente nas estratégias de apropriação do espaço

livre público. A configuração e qualidade da rede viária, a distribuição espacial das áreas residenciais e das áreas do comércio, a qualidade da arborização, da iluminação pública, a localização dos serviços, a oferta de sistema público de transporte, a presença de parques e praças, entre outros, condicionam a presença do cidadão no espaço urbano, influenciando diretamente o uso, o desuso e a apropriação dos espaços livres públicos.

Para que estes possam garantir seu papel estruturador das dinâmicas da cidade, considera-se importante que não só seu uso, mas principalmente sua apropriação por parte da população aconteça. Define-se, nesta pesquisa, o uso como a atividade determinante da necessidade do homem estar no espaço. Como exemplo, diariamente diversos cidadãos saem às ruas e as utilizam porque precisam se deslocar. Porém esta ação é feita de forma totalmente despreendida de relação ou identidade entre o espaço e seu usuário. Reforçando o exemplo, é fácil verificar o número de ruas pelas quais pessoas passam diariamente sem sequer saber seus nomes, ou que tipo de serviços e comércios essas oferecem.

A apropriação se dá em outro grau de relação entre o usuário e o espaço. Nessa, não só o ato de estar no espaço ou se deslocar por esse que são válidos. É preciso que a identidade do cidadão seja refletida pelo espaço público. Considera-se que a apropriação conecta o usuário às características do entorno e às demais pessoas que ali estão, fazendo com que esse possa perceber o que lhe é oferecido de acordo com seus interesses e necessidades.

A apropriação vai desde a análise de se é possível caminhar ou praticar algum esporte, até a percepção dos tipos de comércio e serviços que podem ser úteis ou servir de ponto de referência. A apropriação induz ao sentimento de vizinhança, de intimidade com o espaço. Não existe apropriação sem uso, mas para que essa se concretize, é necessário que ocorra uma troca entre a cidade e seu usuário. É importante que este não seja mero observador, mas que faça parte do lugar, do espaço, nem que seja por pouco tempo.

A presente pesquisa se baseia na ideia de que a apropriação e o uso do espaço urbano ocorrem de maneira diferenciada para cada pessoa. Tais ações estão relacionadas à renda, à idade, às formas de acessibilidade e ao repertório urbano de cada um, despertando assim diferentes sentimentos de pertencimento para cada pessoa que frequenta ou utiliza os espaços da cidade.

Nesse sentido, os espaços livres públicos passam a carregar características importantes do imaginário social construído, simultaneamente às edificações. Esse permite que os lugares ganhem identidade pela sua apropriação, pela maneira como seus usuários se comportam, agem e permanecem no espaço, ações que, de certa forma, refletem as diferenças e particularidades existentes na complexidade das sociedades, principalmente das grandes metrópoles.

É possível diferenciar alguns padrões de apropriação do espaço público, o mais corriqueiro, individual e cotidiano, expresso pelo ato de viver, caminhar, sob o direito de ir e vir. Este tipo de apropriação ocorre em todos os momentos da vida, mesmo que inexista a consciência política ou coletiva da situação. O outro padrão se refere à apropriação coletiva, que pode ter um caráter político contestatório, como manifestações e reivindicações sociais.

Esta tentativa de classificação sobre a apropriação do espaço livre público serve para fins de análise, entretanto se deve lembrar que vários tipos de manifestações ocorrem simultaneamente no mesmo espaço. Enquanto a cidade existe, as pessoas vivenciam os espaços públicos com finalidades distintas, suas ações vão desde apenas se deslocar de um lugar para outro, até para atos relacionados ao lazer ou ao entretenimento. Há inclusive usos que trazem a vida privada ao espaço livre público, como o habitar, considerando os moradores de rua. Ainda existe a apropriação como forma de trabalho, como os vendedores ambulantes.

Ocorrem também as apropriações políticas contestatórias conscientes, que em geral reivindicam melhorias para a população ou expõem alguma causa para a sociedade. Essas ocupam preferencialmente os espaços públicos mais simbólicos, que propiciam uma maior visibilidade para a causa, como por exemplo, os atos por aumento de salários, diminuição das tarifas, greves, pedidos de verbas, repúdio a governantes, passeatas, ocupações para fins de moradia, entre outros. Há também as apropriações artísticas, lúdicas, como teatros de rua, música, dança, onde a intenção é justamente estar perto das pessoas, e convidar a todos que queiram assistir, participar ou intervir de alguma maneira no espaço. Estes dois últimos tipos de apropriação, a contestatória e a lúdica, constantemente se unem, por meio da arte e da cultura buscam representar as demandas sociais. Como exemplo se destacam o grafite, o hip hop, formas de arte urbana que se propõe a discutir a apropriação do espaço livre público.

Assim como existem apropriações que conferem um caráter positivo aos espaços, existem outras que impedem e excluem ações que trazem atributos a esses. A proliferação de atividades como prostituição, consumo de drogas, por exemplo, passam a inibir o acesso universal da população a certos lugares pelo uso impróprio do espaço comum. Essas práticas, muito corriqueiras na maioria das grandes cidades brasileiras, são produto muitas vezes do abandono do Estado, tanto para o espaço físico quanto para as pessoas, que na ausência de alternativas recorrem a práticas degradantes. Os espaços públicos refletem a sociedade e todos os seus conflitos, e negar ou esconder os problemas socioeconômicos que esses abrigam seria se cegar para as dinâmicas reais da cidade.

Os usuários e as suas maneiras de se apropriar do espaço constituem uma superação da racionalidade planejada e dominante que tenta se impor na cidade. O espaço da apropriação é o espaço do usuário; o espaço do vivido. A vida cotidiana remete à relação entre espaços de representação (vividos, concretos, subjetivos, apropriados) e as representações do espaço (abstratas, objetivas, dominadoras). (SOBARZO, 2006, p. 12)

Essa superação da racionalidade planejada e dominante a que se refere o autor está relacionada à tentativa de romper com as barreiras das normatizações, pacificações do espaço, vigiado e controlado. A produção de um espaço social (que é produzido e estruturado pelos conflitos da sociedade) não se resume em somente se apropriar, mas sim construir algo, talvez insignificante em aparência, mas que modifica e “abala” a estrutura do espaço existente, suas estratégias e objetivos. É um questionamento do planejamento urbano através de pequenas ações.

Existem diversos teóricos e movimentos que se dedicam a estudar esse tipo de intervenção e seu papel dentro da produção do espaço urbano. Um bom exemplo é a Internacional Situacionista (IS), que foi uma vanguarda artística composta por artistas, pensadores e ativistas que lutavam essencialmente “contra a não-participação a alienação e a passividade da vida moderna” (Jacques 2003, p. 13). Faziam uma crítica unitária da sociedade capitalista e ao urbanismo, e propunham uma nova concepção para a cidade. Um de seus expoentes e fundador foi Guy-Ernest Debord, contemporâneo de Henri Lefebvre, de quem suas teorias se acercavam pela ideia central de que se chegaria através da criação de situações (ou da reprodução social do espaço) à transformação revolucionária da vida cotidiana.

O entendimento sobre como as pessoas se apropriam do espaço, ou como elas gostariam que esse fosse concebido, deveria ser a base para o planejamento e o projeto desse, possibilitando ações nas quais a participação ativa da população traria a valorização da diversão, do ócio, dos encontros não programados ao espaço livre público.

A presente pesquisa entende o projeto como ação consciente, intenção de fazer ou realizar (algo) no futuro; como plano, fazendo referência aos significados dos termos desígnio e esboço³. O projeto faz parte dos sonhos, das aspirações. A prática derogatória também é projeto, já que representa a intenção de posicionar a vontade e a necessidade do homem perante a sociedade, independente do que lhe é permitido ou imposto. O projeto pode partir de escala do ser, sozinho, que se enxerga dentro de uma sociedade, e já assim representa o início de uma história, é o ato de concepção desta.

O projeto, independente de seu idealizador ou de sua escala, como ação que tem a pretensão que algo se transforme de acordo com a forma que foi pensada, é finito. Ele termina exatamente no instante que deixa de ser ideia e se concretiza no território. Porém deve-se lembrar de que seus resultados não são limitados, mas sim estimulam novos projetos que o complementam e mantem suas qualidades vivas. Considera-se que o projeto deve prever que a cidade é dinâmica, a rua muda, as pessoas mudam. Diariamente

³ Conceitos para os termos projeto, desígnio e esboço, de acordo com o dicionário Michaelis in <http://michaelis.uol.com.br/>.

Projeto

1 Propósito de executar algo.

2 Plano detalhado de um empreendimento a ser realizado.

3 Conjunto de ideias iniciais de um texto, geralmente provisórias.

4 Esboço de trabalho que se pretende realizar.

5 Plano de uma edificação, contendo descrições, plantas, orçamento, quantidade de pessoas envolvidas etc.

6 Representação ou criação, por meios não gráficos (som, palavras, símbolos, ideias etc.), de uma forma imaginária; configuração, construção, descrição, figuração.

7 Forma ou feitio de um objeto, especialmente o contorno, considerada pelas suas qualidades plásticas; design.

8 Figura de ornatos (para tecidos, vasos, decoração em geral etc.).

9 Plano ou projeto de objetos com finalidade técnica, industrial, científica, ornamental, arquitetônica etc.; esboço, planta, risco, traçado.

10 Idealização de um propósito ou objetivo qualquer; desígnio, intenção, plano.

Desígnio

1 Intenção de realizar algo; propósito

Esboço

1 Delineamento inicial de uma obra de desenho, pintura, gravura, escultura etc.; arcabouço, bosquejo, debuxo, croqui, esboço.

2 Delineamento em largos traços de uma obra literária.

3 Noções gerais de algo; rudimentos.

4 Resumo dos pontos principais de algo; sinopse, síntese.

necessidades e percepções alteram o espaço ao mesmo tempo em que são alteradas por esse, em um movimento cotidiano e cíclico.

É preciso que o projeto do espaço livre público passe a ser visto como estopim para a ação da população, não como limitante de uso ou considerado estático eternamente. O bom projeto de espaço livre público passa a ser aquele que direciona o convívio e a vivência urbana e também a civilidade, sendo generoso o bastante para que não se feche em si mesmo e, conseqüentemente, morra por falta de novos projetos que o complementem.

Quando se pensa que no Brasil são gastos recursos enormes na realização de planos e de projetos urbanísticos sem que ninguém se preocupe em verificar a eficácia de seus postulados quando levados à prática, pode-se entender porque estamos tão interessados em pesquisas como esta. É preciso saber quais os verdadeiros efeitos de determinadas ações sobre o meio urbano. Cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se comportam de acordo com as fantasias de quem as trata desta forma. São concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem, tendo de comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar e em muitos níveis” (SANTOS, 1985, p.07)

Recentemente, tornou-se famosa a estratégia de ação no espaço público desenvolvida pela cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Antes de adaptar fisicamente, de modo permanente, uma região da cidade por conta de uma intenção de projeto, é proposto que a mudança pretendida seja testada pela população. Tal prática consiste, por meio de materiais de baixo custo como tintas, vasos de plantas e mobiliários urbanos simplificados, alterar a cidade de modo temporário e entender a reação de apropriação da população à proposta. Validado o resultado positivo, as obras são feitas para apropriar tal ideal ao sistema de espaços livres públicos da cidade. (Figuras 1 e 2).

Tal iniciativa se mostrou muito inovadora e passou a ser copiada em diversas cidades. Testar a cidade e mesmo alterar seus usos, por meio de obras de baixo custo e impacto, tornaram-se alternativas para melhorar o ambiente público de forma efetiva e eficiente.



Figura 1: Praça Brooklyn's Pearl Street, em Nova Iorque.

Fonte: Ryan Russo/NYC DOT, em <http://www.pbs.org/newshour/updates/urban-designers-transformed-these-five-plazas-into-pedestrian-paradise/>



Figura 2: Times Square, em Nova Iorque.

Fonte: Ryan Russo/NYC DOT, em <http://www.pbs.org/newshour/updates/urban-designers-transformed-these-five-plazas-into-pedestrian-paradise/>

Porém, vale ressaltar que tal ideia de ação temporária no espaço público tem como base as práticas derogatórias. Testar a cidade é princípio dessas. Por exemplo, diariamente, diversas pessoas deixam de andar na calçada e dividem espaço com os carros em ruas nas quais a dimensão da calçada é incompatível com o fluxo de pessoas. As pessoas testam caminhar pela rua. Tal ação já é uma prova de que há uma carência por parte da população, e esta sozinha experimenta a cidade em busca de alguma solução.



Figura 3: Faixa verde exclusiva para pedestres na Avenida Liberdade, em São Paulo.

Fonte: <http://www.metrojornal.com.br/nacional/foco/faixa-verde-exclusiva-para-pedestres-na-av-liberdade-assusta-e-confunde-224411>

Assim, defende-se nesta dissertação que as práticas derogatórias são o principal diagnóstico das demandas da cidade, e que representam a busca da população por soluções a essas. Com o olhar apurado, e atendo às dinâmicas da cidade, acredita-se que arquitetos, urbanistas, gestores, políticos, e todos os profissionais que tem como meta o desenvolvimento das cidades, devam saber diagnosticar e avaliar as práticas derogatórias, a fim de tirar proveito das experiências cotidianas, para então estabelecer as prioridades de ação voltadas à melhoria do espaço livre público, principalmente da rua.

3.1 A rua

O que é uma rua? É uma via no interior de um aglomerado urbano que serve, específica ou simultaneamente, para atravessar uma zona desse aglomerado, para acessar lugares situados ao longo ou imediatamente próximos a essa via, e para produzir um espaço coletivo utilizável em diversos tipos de atividades. Uma rua, então, assegura, pelo menos, uma das três funções seguintes: de trânsito, de acesso (distribuição) e de recepção.” (ASCHER, 2007, p. 18)⁴

Por seu protagonismo no diálogo constante entre cidade e habitante, dedica-se uma análise exclusiva à rua, como o espaço livre público principal para abrigar e refletir as ações cotidianas da população. A discussão central deste trabalho está relacionada à rua enquanto lugar fundamental da vida pública, que determina diretamente os fluxos e os usos da cidade, e, conseqüentemente, as formas de apropriação dos espaços livres públicos. As ruas refletem na sua paisagem suas estruturas morfológicas e sociais.

Trata-se da reflexão sobre as potencialidade conceituais da rua para a compreensão das peculiaridades sociais e culturais da vida urbana sob o impacto do advento da modernidade, seja porque se enxerga na rua uma metáfora da vida urbana: seja, enfim, porque se concebe a primeira como mediação reveladora da segunda. Essas são perspectivas teórico-metodológicas diversas para a abordagem de uma mesma questão: a do papel metodológico da rua para a compreensão do que é, em termos socioculturais, a cidade sob o impacto da modernidade (FREHSE, 2016, p.26)

O surgimento de cidades muitas vezes foi determinado em função de características geográficas, como o relevo, a natureza do solo, a disponibilidade de água, entre outros. Porém, para além desses motivos, a importância de uma localização estratégica, favorável

⁴ Ascher, F. **As Duas Formas de compartilhar uma rua**, In: Conquistar a rua! Compartilhar sem dividir. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

ao movimento, à entrada e saída de pessoas e mercadorias é extremamente relevante. Historicamente, um grande número de cidades se desenvolveu ao longo de estradas, portos, linhas férreas, rios e etc. Existe relação intrínseca entre como as pessoas se deslocam e o desenvolvimento e produção do espaço urbano.

Com o início da industrialização e a crescente migração de pessoas em direção às cidades, estas passaram por processo de desenvolvimento acelerado. As ruas, até então estreitas e sinuosas, passaram a receber investimentos em infraestrutura viária e de saneamento. A substituição dos sistemas ferroviários (trens e bondes), até então dominantes, pelos ônibus e automóveis, mais rápidos e flexíveis, encurtaram as distâncias, acarretando nova lógica de circulação e, conseqüente, de estruturação espacial. Entretanto, as cidades cresceram em ritmo maior que os investimentos em infraestrutura urbana, valorizando áreas centrais, dotadas dessa estrutura, enquanto a população de baixa renda se deslocava para os loteamentos de menores custos, distantes das áreas consolidadas.

As estruturas urbanas passam a se tornar mais complexas, assim como a distribuição socioespacial, que condicionam e são condicionadas pelas formas de acesso das pessoas ao restante da cidade. À medida que as distâncias e os tempos de deslocamentos vão sendo superados, pelo desenvolvimento da tecnologia automotiva, as cidades se expande na mesma proporção.

A produção massificada de automóveis foi induzida pelo fordismo, com o objetivo de diminuir os custos de produção e o preço de vendas dos veículos, possibilitando seu consumo em massa. A rua passa a se configurar em função do transporte motorizado e a ser destinada para garantir os privilégios de circulação do mesmo.

O estabelecimento do automóvel individual como modelo de transporte dominante gerou alterações profundas nas formas de deslocamentos das pessoas e no desenvolvimento das cidades. O planejamento destas passou então a ter como foco a construção de infraestrutura para abrigar a rede de transporte focada em suprir as necessidades dos veículos automotores. Entre algumas ações voltadas a este propósito destacam-se: o alargamento das vias em detrimento dos espaços para pessoas (passeios e espaços livres públicos), a expansão urbana e o aumento dos deslocamentos diários, a valorização imobiliária em função da localização e acessibilidade na cidade e a periferização dos menos favorecidos economicamente.

As questões da mobilidade nos remetem ao debate acerca da relação que a circulação, ou a falta dela, acarreta na vida cotidiana da população. Existe relação direta entre a mobilidade urbana, o direito à cidade e as possibilidades de apropriação e ocupação dos espaços públicos. O cotidiano é um constante movimento, seja de pessoas, tempo ou informações. Em qualquer ação que o indivíduo realiza no espaço, ele necessita imprescindivelmente se deslocar. Com isso, pode-se dizer que a rua está no centro da vida social, de forma transversal a todas as práticas cotidianas. É por meio da circulação que a apropriação cotidiana do espaço se possibilita e se materializa, por qualquer meio de locomoção, desde o simples caminhar, passando pelo uso de bicicleta e qualquer veículo motorizado, privado ou coletivo.

A presente pesquisa não pretende se aprofundar na questão da mobilidade por considerar que esta exige análises mais amplas relacionadas à política de uso e ocupação do solo, zoneamento, política habitacional, ambiental e desenvolvimento econômico, além de diretrizes e regramentos para o transporte que extrapolam o objetivo deste trabalho. Porém, considera-se que a mobilidade urbana possui um papel essencial na dinâmica de produção do espaço e na forma como a cidade se organiza e é apropriada. A mobilidade passa a ser encarada como um fenômeno multifacetado e transversal, associada a aspectos de uso do solo, meio ambiente, saúde, desigualdades sociais e territoriais, onde o transporte seria apenas um de seus elementos.

A mobilidade urbana não é um tema necessariamente novo, o que se modifica com o passar do tempo são as escalas, a complexidade da técnica e dos sistemas de transporte que sustentam a circulação. Essa é vista como um vetor com potencial transformação e diminuição das desigualdades territoriais e sociais, sendo analisada a partir de suas características sociopolíticas, na produção e disputa do espaço pelos diferentes atores, com demandas, interesses e influências distintas e conflitantes.

Nesse sentido a mobilidade pode ser entendida como uma apropriação cotidiana do espaço e, analiticamente, pode nos auxiliar a compreender os desejos e necessidades da população a partir de seu vínculo espacial com o ambiente urbano, uma vez que o espaço ganha sentido a partir da vivência. Jacobs (2000) vai nos dizer que as cidades seguem sendo produzidas por teorias urbanísticas funcionalistas e atrasadas. A distância da realidade urbana e as reais necessidades da população criam projetos fadados ao fracasso.

As necessidades dos automóveis são mais facilmente compreendidas e satisfeitas do que as complexas necessidades das cidades, e um número crescente de urbanistas e projetistas acabou acreditando que, se conseguirem solucionar os problemas de trânsito, terão solucionado o maior problema das cidades. As cidades apresentam preocupações econômicas e sociais muito mais complicadas do que o trânsito de automóveis. Como saber que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas? É impossível. (JACOBS, 2000, p.6)

A rua adquire dimensão transversal nas práticas sociais, na medida em que se torna um elemento essencial para a configuração de sistemas de espaços livres. Para entender a dinâmica desse espaço, precisamos antes entender os desejos e necessidades cotidianos das pessoas nas cidades, para então compreender como pensar a cidade de forma mais humana. Dentro do sistema de espaços livres públicos, a rua não pode ser vista apenas como lugar de trânsito, em especial, para carros.

Ao se referir às ruas e demais espaços públicos de uma cidade, em realidade, esta se falando da própria identidade desta. Como já explicitado anteriormente, é no espaço público que se manifestam as trocas e relações humanas, a diversidade de uso e a vocação de cada lugar, os conflitos e contradições da sociedade, em suma, a essência da vida pública e cotidiana. Jacobs (2000) vai dizer que são as ruas, em especial as calçadas, que vão indicar por meio da percepção individual como esse espaço é concebido e vivido pela população.

As ruas e suas calçadas são os principais locais públicos de uma cidade, seus órgãos mais vitais. Ao pensar numa cidade, o que lhe vem à cabeça? Suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecem monótonas, a cidade parecerá monótona. Mais do que isso, se as ruas da cidade estão livres da violência e do medo, a cidade está, portanto, razoavelmente livre da violência e do medo. Quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas. (JACOBS, 2011, p. 29)

As ruas são os locais fundamentais para que ocorra o encontro entre desconhecidos, já que é por elas que estes transitam diariamente, durante todos os períodos do dia, para realizar suas atividades. O uso da rua é feito por pessoas com idades diferentes, de diversas identidades e repertórios, em distintos modais e velocidades, e principalmente com variadas sensibilidades peculiares aos estímulos a que são expostas. A rua se apresenta distinta para cada pessoa que a vive e se mostra nova a cada dia que é vivida.

As considerações feitas sobre o uso e a apropriação do espaço livre público se repetem para a rua. As ações que levam a apropriação ocorrem conforme o repertório de cada cidadão, sua classe social, sua identidade cultural, seus limites quanto à acessibilidade e etc. A cidade, e todos seus lugares, por intermédio da rua, possuem personificação.

Escolher determinada rota porque se considera esta mais arborizada, mais bonita, com calçadas mais confortáveis e até mais segura, mesmo que seja uma ação inconsciente, exige a troca de experiências e sensações entre o usuário e o espaço. A rua deixa de ser apenas local de passagem, torna-se de permanência, de identidade e, o mais importante, lugar de encontro.

A presença de pessoas atrai pessoas. Ao analisar a cidade e seus espaços livres públicos, é muito importante considerar o conceito de pracialidade (Queiroga, 2001, p. 238-246). Trata-se de reconhecer que as ações que eram identificadas como características das praças públicas, não se dão exclusivamente nesses espaços. Essas ações ocorrem em espaços com funções pré-determinadas distintas, em diversos contextos urbanos. Toda e qualquer troca social que ocorra nas ruas e calçadas pode ser muito valiosa para o desenvolvimento da cidade.

Ainda sobre o uso e a apropriação das ruas, vale ressaltar o papel que atualmente as tecnologias possuem. Aplicativos que auxiliam na definição de caminhos, principalmente para automóveis, por exemplo, passaram a ser importantes na utilização e percepção da cidade. Ao mesmo tempo em que estes fazem o usuário analisar seu trajeto diário apenas nos quesitos tempo e trânsito, também permitem que o motorista percorra caminhos e visite lugares que não eram do seu conhecimento. A permeabilidade que geram na cidade, embora com o propósito de fazer com que o usuário deixe o espaço público o mais rápido possível, permite que em um momento mais sensível, a pessoa, induzida pelas indicações, se

identifique com algum elemento novo de seu trajeto e até conquiste melhor entendimento sobre a cidade onde vive.

Ao consultar diversas publicações sobre o uso e a apropriação da rua, percebe-se a relevância ou mesmo o protagonismo do pedestre. O motorista ou passageiro do carro não estão abertos ao encontro fortuito, não são eventuais observadores ou consumidores. É o pedestre que pode parar para conversar, consumir um café ou comprar algo simplesmente por estar lá, sem ter tido intenção da conversa ou consumo como a razão do seu deslocamento. A presente pesquisa reconhece sua importância, principalmente por considerar que este é o mais afetado quando algum outro ator é priorizado, como o automóvel, por exemplo. O pedestre também é o usuário que talvez de uma forma mais rápida colabore com melhorias e absorva mudanças promovidas pela vivência nas ruas.

Uma das questões mais discutidas sobre o ambiente urbano é o que efetivamente contribui para que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua. A confiança na rua forma-se com o tempo a partir de inúmeros contatos públicos. Segundo Jacobs (2000, p. 60), grande parte desses contatos é absolutamente trivial, mas a soma deles têm resultados complexos. Esta somatória de contatos públicos casuais no âmbito local contribui com a compreensão da identidade pública das pessoas, com a rede de respeito e confiança mútuos e com o apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança.

Vale ressaltar que o contrário também se torna válido, é exatamente quando o criminoso entende que a vizinhança, os contatos, os olhares e a passagem de pessoas em uma rua se tornam escassos, que se identifica o local adequado para sua atuação. A rua oferece a condição do infrator atuar, e este a confere a classificação de risco. Quando se afirma que a cidade e as pessoas mudam juntas, deve-se entender que tal mudança pode ser para melhor ou para pior. Portanto cabe a cada cidadão a decisão de definir em que parte da cidade e em que rua deseja circular, e assim tomar atitudes para que essas se tornem o que ele almeja.

A primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas – não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneo presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados. [...] A segunda

coisa que se deve entender é que o problema da insegurança não pode ser solucionado por meio da dispersão das pessoas, trocando as características das cidades pelas características dos subúrbios. (JACOBS, 2011, p. 32)

Quanto maior o sentimento de insegurança em uma sociedade, maior a tendência de enclausuramento, de proliferação de espaços privados e, conseqüentemente, de redução das relações públicas e da coesão social. A simples existência de espaços públicos e a possibilidade de livre circulação não garantem que eles sejam efetivamente utilizados de forma acessível e democrática. A retomada dos espaços públicos somente vai ser possibilitada plenamente quando os indivíduos se sentirem seguros e tiverem autonomia suficiente para suprir minimamente seus desejos e demandas cotidianas nesses.

A vitalidade urbana das ruas varia conforme os motivos que as pessoas têm para circular durante os diferentes períodos do dia. Estas são atraídas por lugares com vida, aumentando ainda mais essa vitalidade. Portanto, deve-se evitar a descentralização das cidades, responsável por bairros e ruas especializadas em determinados usos, monofuncionais, que atraem pessoas apenas devido uso específico, normalmente classificado entre as categorias de morar, trabalhar e lazer. Uma rua ativa consegue o equilíbrio entre a privacidade e o desejo de variados graus de contato mantidos com as pessoas. Este equilíbrio é em grande parte constituído de pequenos detalhes sensíveis, aceitos e praticados de maneira tão informal que normalmente nem são devidamente conscientes ou avaliados.

Considerando-se o exposto, fica claro o porquê do desenho da rua ser essencial para o desenvolvimento não só social, mas também político, econômico e ambiental da cidade. Segundo Maricato (2014), em aula ministrada no curso de pós-graduação da FAUUSP⁵, é importante buscarmos o equilíbrio social nas cidades. Porém, para que esse seja atingido, não basta distribuir renda, é preciso distribuir cidade. Assim, a presente pesquisa entende que a qualificação da rua é o melhor mecanismo para garantir tal distribuição.

⁵ Aula ministrada na disciplina “Espaços Livres Públicos Coletivos Urbanos”, no primeiro semestre de 2014.

Romper. Queremos romper. Queremos criar um mundo diferente.
Agora. Nada mais comum, nada mais óbvio. Nada mais simples. Nada
mais difícil.

(John Holloway)

Capítulo 4. Práticas derogatórias

Sob a ótica do espaço livre público e das ações cotidianas da população na cidade, o presente capítulo pretende discutir e ilustrar como práticas derogatórias surgem cotidianamente e como muitas dessas têm o poder de trazer benefícios para o espaço livre público, principalmente para a rua, alterando a ordem e promovendo mudanças na cidade.

Acredita-se que a ocupação não institucionalizada de determinados espaços os liberta de seus usos pré-determinados e, assim, revela múltiplas possibilidades, iluminando novas potencialidades de apropriação e valorizando os indivíduos como agentes produtores do espaço.

Entende-se que a cidade, com seu dinamismo e heterogeneidade, precisa ser renovada e repensada diariamente. É impossível tal ação ficar restrita a especialistas e gestores, no que se refere a profissionais que possuem a cidade e seus atributos como objeto de estudo. Estes, embora tenham uma visão ampla sobre o cenário urbano, pela própria escala de atuação, não conseguem ter a percepção referente às atividades cotidianas e que diariamente promovem mudanças que, embora pontuais, podem ter grande impacto na cidade.

Quem realiza a prática derogatória, na maioria das vezes não está ciente dessa. Por certo, esta pessoa tem seus objetivos, e provavelmente sabe sobre as disposições legais que estão sendo infringidas, porém não possui a ciência do impacto que tal ação tem na sociedade e no território.

A prática derogatória pode acontecer da forma mais variada possível. Ela representa o pedestre que invade a via porque a calçada não tem a dimensão suficiente para o fluxo de pessoas que recebe, assim como a pessoa que abre um restaurante na garagem de sua casa, a fim de complementar sua renda, chegando até as grandes ocupações que configuram as favelas, que configuram modo alternativo de moradia à população que não é atendida pelo mercado formal.

A prática derogatória, assim como as fissuras de Holloway (2013), são simplesmente impulsos em direção à autodeterminação. Suas particularidades, de acordo com as necessidades de seu executor e o contexto urbano no qual está inserida, impedem a predeterminação dos conteúdos, dos momentos nos quais elas surgirão e dos resultados

atingidos. O ponto que reforça sua importância é justamente que as pessoas envolvidas determinem tais aspectos.

[...] o Não é apoiado por um outro fazer. Esta é a dignidade que pode preencher as fissuras criadas pela recusa. O Não original é, portanto, não um fechamento, mas uma abertura a uma atividade diferente, o limiar de um contra-mundo com uma lógica diferente e uma linguagem diferente. O Não abre um espaço-tempo no qual tentamos viver como sujeitos, ao invés de objetos. Estes são espaços ou tempos nos quais afirmamos a nossa capacidade de decidir por nós mesmos o que deveríamos fazer – seja conversar com nossos amigos, brincar com nossas crianças, cultivar a terra de forma diferente, desenvolver e implementar projetos para uma educação crítica. Estes são tempos ou espaços nos quais tomamos controle de nossas próprias vidas, assumindo a responsabilidade de nossa própria humanidade. A dignidade é o desdobramento do poder do Não. Nossa recusa nos confronta com a oportunidade, a necessidade e a responsabilidade de desenvolver as nossas próprias necessidades. (HOLLOWAY, 2013, p. 33)

Para além da materialidade dos espaços e dos processos que se desenvolvem, procura-se nesta pesquisa as dimensões simbólicas que as práticas derogatórias possam apresentar. Entende-se que em qualquer sociedade há códigos culturais que viabilizam a leitura, a apropriação e o aproveitamento dos lugares. A proposta da pesquisa consiste em uma prospecção de processos e de categorias que, à revelia das suposições técnicas ou acadêmicas, organizam as formas usar o espaço coletivo.

Conforme apresentado anteriormente, por se tratar de proposta de análise objetiva da apropriação do espaço livre público e também subjetiva das representações sociais, foram definidas áreas de análise como recortes empíricos, para que a discussão não ficasse apenas no plano das ideias, e principalmente para que ocorresse a validação dos conceitos discutidos. Assim como Santos (1985) em sua obra:

Através da abordagem de um microcosmo dentro do vasto universo metropolitano carioca, chegam a ser questionados grandes postulados da

teoria urbanística tidos como “científicos”. Tudo na escala conveniente, a do bairro, a da rua, a do quarteirão, a da casa, a de gente de verdade, praticando, a nível material e simbólico, as suas possibilidades efetivas de vida cotidiana. Atos de todos os dias, que, vistos com o devido distanciamento crítico e metodológico, põem em cheque idealizações utópicas sobre o espaço e as formulações sociais que comporta. (SANTOS, 1985, p.07)

Como já afirmado, este trabalho não se propõe a apresentar a análise dos perímetros como estudos de caso. Toma-se esta decisão por acreditar que a reflexão sobre o espaço livre público e a rua não se restringe apenas ao contexto estabelecido. Além disso, a análise a ser realizada não tem a pretensão de abranger a totalidade dos aspectos que configuram os territórios escolhidos para pesquisa.

É importante ressaltar que as práticas levantadas foram retiradas de visitas, principalmente caminhadas, que buscaram reproduzir ações corriqueiras, nas quais muito pôde ser absorvido sobre a dinâmica de cada bairro. A ideia principal foi andar pelas ruas sem pretensão de olhar nada específico, mas apenas atentar às práticas derogatórias que se destacavam a cada dia. A proposta foi, a partir da percepção da autora, demonstrar o valor que as atividades cotidianas não previstas possuem na configuração da rua e da cidade.

Como explicitado no primeiro capítulo, por questões metodológicas, definiu-se que as práticas derogatórias a serem analisadas estariam concentradas em dois perímetros da cidade, parte do bairro de Pinheiros e Paraisópolis. Estes foram definidos por questões de similaridade no que consiste a implantação do projeto viário, embora tenham resultados em territórios com ocupações distintas.



Figura 4: Perímetro de Pinheiros.
Fonte: Google Earth

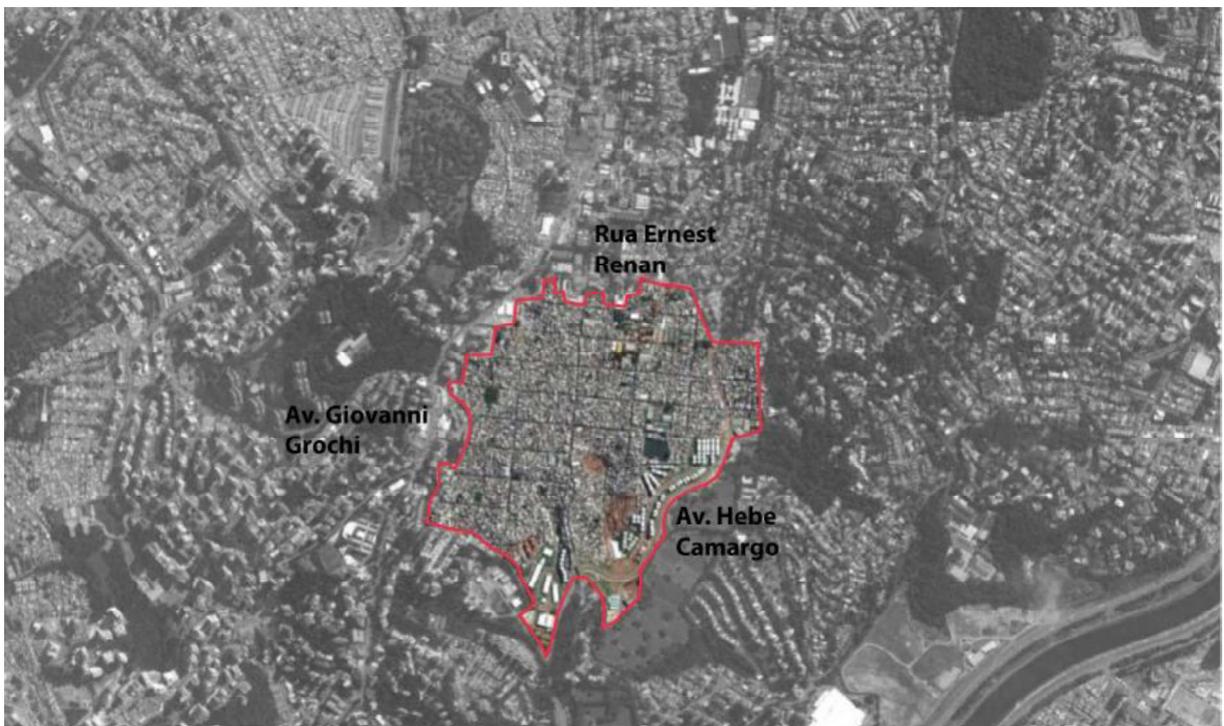


Figura 5: Perímetro de Pinheiros.
Fonte: Google Earth

Pinheiros e Paraisópolis, no que se refere ao desenho e implantação de suas ruas, foram resultado do mesma ação. As malhas que sustentam as ocupações atuais, ao serem desenhadas e posteriormente implantadas, apresentam traçados de ruas que incorreram no mesmo equívoco: malhas ortogonais que não se adaptaram às topografias nas quais foram implantadas. Tal distanciamento entre estes dois elementos que configuram o espaço, exigiu algumas adaptações para que o território fosse ocupado, gerando peculiaridades na forma de ocupação que, pelo contrário do que se imagina, proporcionaram o enriquecimento da vivência dos bairros.

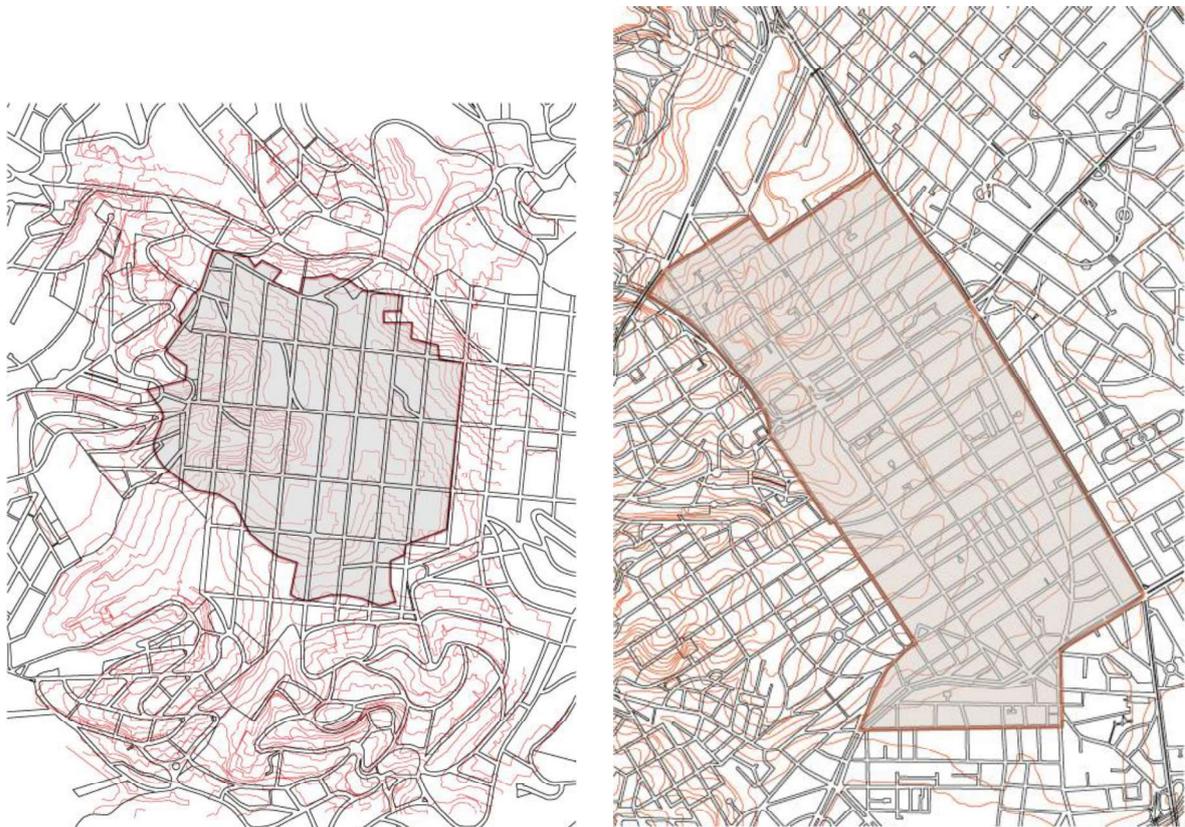


Figura 6: Relação topografia x malha viária em Paraisópolis e Pinheiros.
Fonte: Elaborado pela autora.

Como ressaltado anteriormente, apesar de apresentarem o mesmo contexto de formação, os dois perímetros tiveram ocupações distintas, que trouxeram análises específicas para as prática derogatória registradas. Em Pinheiros, buscou-se demonstrar como o que pode ser considerado um erro projetual de concepção do viário, gerou uma variedade de vias, com diferentes dimensões e características que, devido o perfil de ocupação já existente no bairro e em seu entorno, tornou-se um fator que contribuiu para a vitalidade e a diversidade neste. Com isso, pretende-se explorar que, embora seja

atualmente um dos bairros mais bem avaliados da cidade, com grande investimento público e privado, Pinheiros ainda incentiva a apropriação por meio de práticas derogatórias, tirando proveito dessas para manter sua característica de usos e públicos diversos.

Já em Paraisópolis, as práticas derogatórias surgem como responsáveis pela ocupação do território, decorrente da necessidade de moradia de parcela considerável da população. Por meio da invasão, a favela se organizou e hoje se mantém autossuficiente em muitos aspectos, oferecendo aos suas habitantes oportunidades de trabalho e serviços especializados, equivalentes às da cidade formal.

No primeiro caso as práticas derogatórias surgem como elementos que agregam qualidade do espaço livre público. Já no segundo, essas são a garantia de sobrevivência e organização de uma sociedade excluída da formalidade no que se refere às questões econômicas e sociais da sociedade.

Deve-se ressaltar que as práticas levantadas nesse trabalho não servem de exemplo para serem implantadas em outros lugares. O conteúdo aqui exposto aspira servir de provocação, para deixar aberta uma nova etapa, que permita enriquecer e completar o estudo dos espaços livres público com outros exemplos e novos ângulos.

Não se pretende oferecer nenhuma boa prática a ser reproduzida pela cidade. O próprio método nos leva a entender que os espaços livres públicos possuem contextos particulares dentro de seus processos históricos de formação, o que não admite simplificações e nem o esquecimento das pessoas que lhes dão sentido. Busca-se a prática derogatória se destaca exatamente pela peculiaridade da solução encontrada como alternativa às demandas específicas.

4.1 Práticas derogatórias em Pinheiros

Pinheiros é um bairro de referência para grande parte da população de São Paulo. Localizado na zona oeste, abriga e atrai públicos de distintos perfis. Sua multiplicidade não se resume à diversidade de seus usuários, mas inclui a grande variedade de usos propiciados, conseguindo ter papel importante na memória e na vida cotidiana dos habitantes da cidade, já que proporciona diversas possibilidades de apropriações do espaço livre público.

Algumas das principais ruas do bairro, como a Teodoro Sampaio, foram implantadas já no início do século XX. Em 1907 foi inaugurado o Mercado Municipal e, desde então, o bairro já se apresentava como centralidade, principalmente para atender moradores de cidades vizinhas como Osasco, Taboão da Serra e Cotia.

Como já explicitado anteriormente, a malha viária de Pinheiros foi configurada de forma hipodâmica. Essa se estrutura com vias radiais principais, que buscam a conexão com o centro da cidade, e por vias perpendiculares a essas, ambas ignorando a topografia. A área de Pinheiros que selecionamos para o estudo é a que conecta o a Avenida Dr. Arnaldo, continuidade de espigão da Paulista, à Av. Faria Lima, já próxima da várzea do Rio Pinheiros.

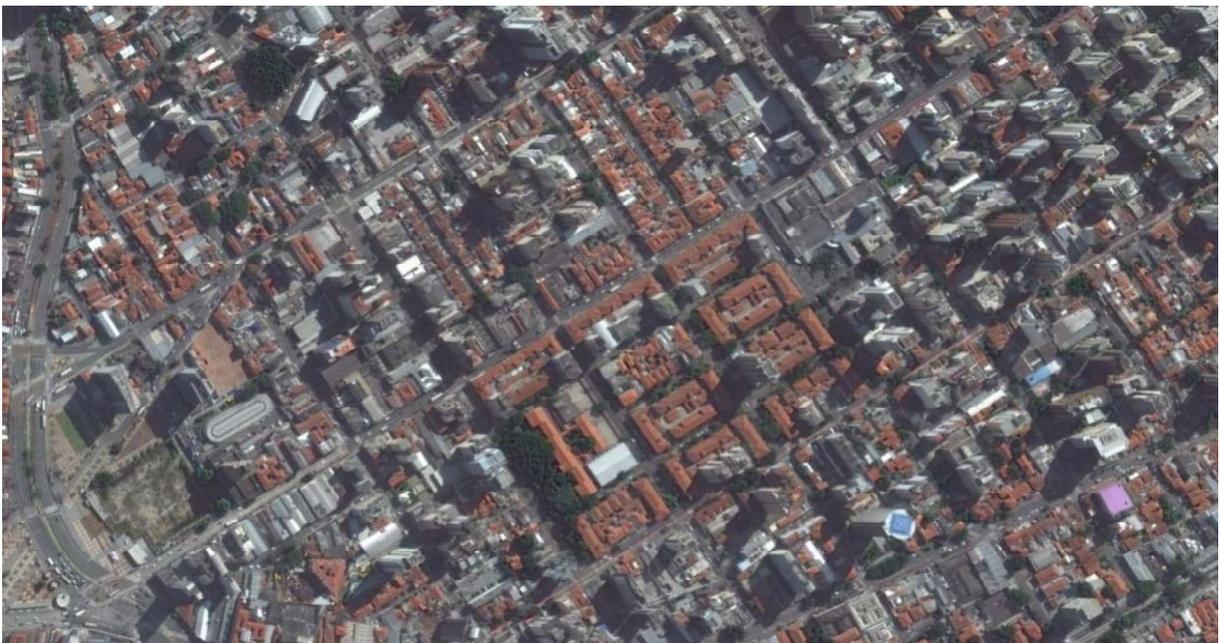


Figura 7: Tecido de Pinheiros composto por edificações de diferentes padrões.
Fonte: Google Earth Pro.



Figura 8: Imagem em 3D do bairro de Pinheiros.
Fonte: Google Earth Pro.

Perante o que pode ser considerado um erro de projeto no traçado das vias, surgiu a diversidade de ruas, caminhos e modos de apropriação que trazem riqueza de público e usos ao bairro. O bairro, que já apresentava caráter de centralidade, potencializado pelos eixos de transporte público e pelo uso misto, desenvolveu sua ocupação tirando proveito da variedade tipológica das ruas estabelecidas.

Escadarias, vilas e ruas sem saída tornaram-se essenciais para proporcionar a diversidade de público residente no bairro. As vias radiais permitiram a implantação de comércios especializados e garantiram a conexão do bairro com as demais áreas da cidade, servindo como porta de entrada. Em meio a essas tipologias, nas ruas coletoras, pôde se desenvolver o uso misto completo, com habitações, comércios e serviços.

Com este panorama o bairro pode garantir e reforçar diversos tipos de atividades cotidianas, mantendo-se vivo e aberto para toda a cidade. Após a chegada das estações do metrô Faria Lima e Fradique Coutinho, as dinâmicas do bairro se intensificaram, reforçando seu caráter estrutural para a cidade.



Figura 9: Tipos de vilas configuradas em Pinheiros
Fonte: Arquivo da autora

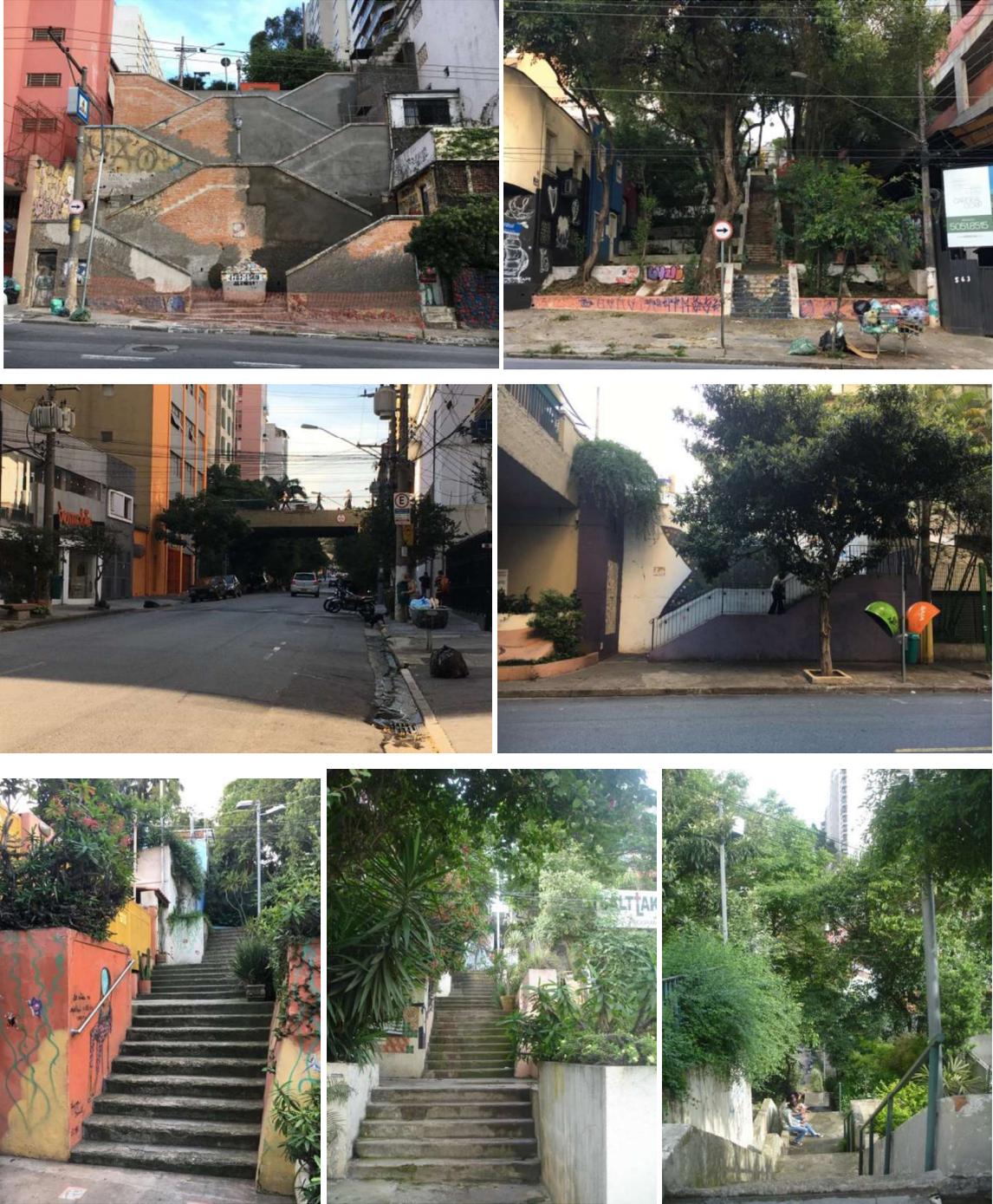


Figura 10: Escadarias e ruas com diferentes níveis.
Fonte: Arquivo da autora

As caminhadas por Pinheiros se iniciaram, em grande parte das visitas, pelo Largo da Batata, cruzamento entre a Avenida Brigadeiro Faria Lima e a Rua Teodoro Sampaio. Este é um local emblemático para esta pesquisa porque traz muitos dos conceitos que esta tenta explorar e compreender. Considerado ponto nevrálgico do bairro, pela concentração de transporte público e vias estruturais da cidade, esse é um dos locais principais de acesso ao bairro. Por possuir tamanha concentração de pessoas, a região sempre atraiu usos compatíveis com tal fluxo, como lanchonetes, bares, comércio popular e camelôs, entre outros.



Figura 11: Camelôs no Largo da Batata em 2001.

Fonte: Bases do Concurso Público Nacional Reconversão Urbana do Largo da Batata.

Abrigando os usos descritos, e conseqüentemente as pessoas interessadas neles, o Largo da Batata não acompanhava o desenvolvimento previsto pelo poder público e investidores para a região. Sendo assim, a área e seu entorno, nos últimos 22 anos, foram objetos de ação da Operação Urbana Consorciada Faria Lima (OUC Faria Lima), que reforça Pinheiros e os bairros do seu entorno como centros de negócios de São Paulo, trazendo concentração de renda e investimentos para esses. Seguindo o princípio das reformas que qualificaram o entorno, proporcionadas pela OUC Faria Lima, foi lançado em 2002 o Concurso Público Nacional Reconversão Urbana do Largo da Batata.

Antes de continuar com a discussão sobre o Largo, é válido ressaltar o papel que esse tipo de concurso e demais projetos urbanos de grande porte possuem na cidade. Embora tenham em seu discurso a renovação urbana, tais ações apresentam foco nas estruturas viárias, na normatização, na institucionalização, no controle, na opressão e na homogeneização do território. Esses tem caráter higienizador, no sentido de inibir usos e,

consequentemente, a apropriação por parte da população. No ideal destes projetos, a renda está diretamente ligada ao uso mais nobre que o espaço pode adquirir.

O perfil desses projetos carrega a história do urbanismo no Brasil, e repetem, por exemplo, ideias que sempre basearam a noção de melhoria urbana no país. Como exemplo, tem-se no Rio de Janeiro, em 1903, a abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Por meio desta obra buscou-se representar o Rio de Janeiro em seu novo status de poder, de capital da República do Brasil. Para tentar manter o controle social ainda mais acirrado, incluíram-se regras de usos e vestimenta para a sociedade que frequentasse a rua, na mais forte intenção de expulsar a população mais pobre.⁶

Os projetos urbanos sempre têm atribuídos a seus propósitos termos que demonstram a reformulação do espaço para algo novo, totalmente diferente do existente. Palavras como ordenamento, requalificação, reurbanização, reestruturação, revitalização ou reconversão, como usado no caso de Pinheiros, trazem implícitos que o existente precisa ser transformado, que este não possui potencial.

Percebe-se que atualmente, no que se refere a fazer cidade por meio dos grandes projetos urbanos, a história passa a ser ignorada no momento de definição de diretrizes de intervenção. A cidade tem seu tempo e não se organizou de um dia para outro, nem mesmo em uma só geração. Ao falarmos sobre a multiplicidade da cidade estamos também fazendo referência a todos os elementos que colaboraram com sua formação ao longo de seu desenvolvimento. Atualmente, ao se deparar com uma demanda, muitos arquitetos, urbanistas e políticos, analisam a cidade como estática, ou com um simplismo interpretativo, como se as questões urbanas existissem de forma momentânea no território, e as analisam de acordo com o tempo atual e seu repertório privado de vivência na cidade. Não há a preocupação com o existente, com a história que configurou cada lugar.

Uma vez resolvida, a solução proposta é considerada perene, como seu no futuro a cidade não fosse sofrer novas intervenções sociais, políticas e econômicas. É preciso

⁶ WISSENBACH. M.C.C. **Da Escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível**. In História da vida privada no Brasil. Vol.3 República: da Belle Époque à Era do Rádio. Coord. Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

entender que a cidade vem mudando diariamente, independente do projeto proposto, e continuará mudando no segundo exatamente posterior à entrega do projeto, este já começa a ficar obsoleto, e tem seus ideais deturpados no instante em que é considerado finalizado.

Neste contexto, os grandes projetos urbanos surgem com o discurso de abranger todos os benefícios necessários para o desenvolvimento do território. Engana-se quem segue esse pensamento. Os projetos urbanos deveriam, principalmente ao ter como objeto de estudo áreas consolidadas e com vitalidade, serem entendidos como elementos capazes de inovar, porém com a premissa de potencializar o existente ou meramente colaborar com o desenvolvimento do território, sendo o catalisador das atividades e usos que o local já apresenta dentro de sua vocação. Acredita-se em projetos urbanos que colaborem para o desenvolvimento econômico e social já existentes, sem substituí-los ou ignorá-los. Idealizam-se projetos que enxerguem o potencial de cada prática existente e sua história, e sirvam como incentivadores de melhorias, que permitam a evolução ao longo do tempo, e incorporem a população como protagonista das transformações.

Com o Largo não foi diferente, o projeto construído representa a tentativa de elitização, de mudança de usos e de apropriações para o bairro. Apesar da permanência do perfil de polo de transporte público e centralidade, é visível a alteração nas dinâmicas que se dão no espaço livre público do Largo. Ao longo dos anos já foi possível perceber que o comércio está se elitizando, o que podia ser considerado popular aos poucos vai desaparecendo. Bares, prostíbulos e casas de show e camelôs lentamente são expulsos para darem lugar aos empreendimentos de alto padrão.



Figura 12: Largo da Batata antes e depois da intervenção.

Fonte: Bases do Concurso Público Nacional Reversão Urbana do Largo da Batata e Google Earth Pro.

O Largo da Batata é área muito rica em diversidade, um dos territórios habitados mais antigos de São Paulo, o local recebeu grupos de imigrantes japoneses e migrantes nordestinos, de forte tradição comercial. Por ser o espaço livre público de grande relevância para a cidade, não só para o bairro, foram investidos mais de 150 milhões de reais em seu projeto, mesmo assim esse resultou em espaço sem vida, nada convidativo para apropriação por parte da população. Este não ou criou lugares, sombras e outros vínculos que convidem as pessoas a permanecer, sejam para realizar atividade de lazer ou a simples função de estar.



Figura 13: Largo da Batata após intervenção.
Fonte: Arquivo da autora.

Sob este panorama, surge uma prática derogatória muito efetiva. Alguns moradores e usuários da região, assim como simpatizantes da causa, fundaram o grupo “A Batata Precisa de Você”, que tem como propósito dar significado ao Largo e principalmente incentivar que as práticas cotidianas das pessoas se apropriem do espaço livre público.

O coletivo é formado por pessoas dispostas a transformar o Largo da Batata em espaço de estar e lazer, já que o resultado do projeto de reconversão fez da área um local de passagem, considerando o fluxo de pedestres que transitam devido aos eixos de transporte público que cruzam a região.

Suas ações envolvem desde a disposição de mobiliário urbano no espaço, até a organização de festas e de grupos de discussão sobre a cidade. Por meio de ações regulares de ocupação do espaço livre público, desde janeiro de 2014, o coletivo vem alcançando bons resultados de mobilização para transformação do espaço. Seus objetivos são fortalecer a relação afetiva da população com o Largo da Batata, evidenciar o potencial de um espaço hoje ainda árido como local de convivência, testar possibilidades de ocupação e reivindicar infraestruturas permanentes que melhorem a qualidade do Largo como espaço público.

Muda-se a cidade, de forma derogatória, e sem autorização, apodera-se do espaço, qualificando-o. Entre algumas práticas já incorporadas ao Largo destacam-se: o mobiliário urbano que incentiva a permanência no espaço, os canteiros que receberam novas mudas de plantas para que a vegetação também possa trazer atributos ao espaço, a instalação de brinquedos com o objetivo de atrair ao espaço diferentes públicos; e a organização de festas e reuniões que demonstram o potencial do espaço em aceitar diversas formas de apropriação.



Figura 14: Intervenções do grupo “A Batata Precisa de Você”.
 Fonte: A Batata Precisa de Você.

Uma das práticas de maior impacto que ocorrem no Largo da Batata são reuniões nas quais o espaço, e sua apropriação, são discutidos com a população local. Levar o poder de decisão, ou pelo menos instigar a participação, ao usuário faz com que esse tenha maior noção de pertencimento. A intenção do grupo é mostrar o quanto o projeto urbano imposto não contribui para o desenvolvimento ou fortalecimento do bairro sozinho, pelo contrário, desconsidera tradições e vocações que já eram fortes na região. Foi apenas após esta ação da população que o espaço em questão ganhou nova vocação. Atualmente o grupo já ganhou força suficiente para se manter como canal de contato entre as pessoas que se apropriaram do espaço e o poder público.



Figura 15: Reuniões promovidas pelo grupo “A Batata Precisa de Você”.

Fonte: A Batata Precisa de Você.

As práticas derogatórias de Pinheiros não estão relacionadas apenas aos espaços emblemáticos do bairro. Essas são facilmente notadas nos pequenos comércios, principalmente cafés, bares e restaurantes, que tanto atraem pessoas para o bairro. Os comércios e serviços se destacam por se apropriarem de imóveis que surpreendem devido sua inovação de implantação e a relação que estabelecem com o espaço livre público.

Um exemplo é o café localizado na Rua Lisboa, denominado “The Little Coffee Shop”⁷. Com menos de 2m², este ocupa o hall de entrada de uma casa sobreposta, não respeitando legislações referentes ao alvará de funcionamento ou leis sanitárias. Esse também não dá conta de ter espaço suficiente para atender seus clientes, pois no ambiente

⁷ “A pequena loja de café”, tradução da autora.

interno só cabem a máquina de café e quem a opera, portanto o estabelecimento utiliza o espaço livre público, a calçada, como extensão de sua atividade.



Figura 16: The Little Coffe Shop
Fonte: Arquivo da autora e The Little Coffe Shop Facebook.

Esta continuidade entre o espaço público e o privado é diferente da que se está acostumado a vivenciar em outros restaurantes e cafés que colocam mesas na calçada. No caso do café da Rua Lisboa, a extensão, a conexão entre os dois espaços não é agressiva ou estabelece áreas específicas para cada público, não gera conflitos de usos. Pelo contrário, ela abre olhares para possibilidades de ocupação apropriação que tornam a rua mais aconchegante. Estar no café é estar no espaço público, sem conflitos, é se sentir bem neste.

Este comércio desperta a discussão sobre como o espaço livre público pode se relacionar e ser explorado pelas atividades privadas de comércio e serviço. Atualmente a fachada ativa é algo defendido por arquitetos e urbanistas, mas o uso da calçada levanta questões a serem resolvidas. A principal destas é o bloqueio da passagem de pessoas por eventuais mesas ou cadeiras, obrigando o usuário a pedir passagem, seja pedestre, cadeirante, alguém com carrinho de bebê, entre outros. Muitas vezes tais atores são obrigados a se deslocar para o leito carroçável e dividir espaço com os carros. A cafeteria é

um bom exemplo de que o convívio pode ser pacífico, desde que quem utilize a rua como extensão de seu estabelecimento ou mesmo como área de estar, respeite limites e procure agregar qualidade ao espaço que está utilizando.



Figura 17: Exemplos de expansão do comércio na calçada. Restaurantes localizados nas esquinas das ruas Artur de Azevedo e Fradique Coutinho. O primeiro explora as potencialidades do espaço livre público, já o segundo define áreas específicas para cada uso.

Fonte: Elaborado pela autora

A apropriação do espaço livre público por parte dos estabelecimentos comerciais passou a ser incentivada depois da implantação de parklets pela cidade. Estes, que tem origem como prática derogatória, são extensões das calçadas, a partir da conversão de um espaço de estacionamento de automóveis na via pública em área de lazer e estar para as pessoas.

Os parklets tem sua origem em São Francisco (EUA) como forma de converter o espaço do estacionamento em áreas recreativas temporárias. Rapidamente a prática se expandiu para outras cidades e países. No Brasil, o conceito surgiu em São Paulo, em 2012, e a primeira implantação aconteceu no ano seguinte, liderada por um grupo composto por arquitetos, designers e ONGs, que tinham a intenção de promover a reflexão sobre o espaço livre público e a priorização dos automóveis.

Os parklets são exemplo de prática derogatória interessante porque agiram no espaço livre público promovendo a discussão e a alteração das regras que estabelecem o que é permitido, propiciando nova forma de ocupação do espaço. Atualmente, na cidade de São Paulo, esses passaram a ser permitidos e incentivados pelo poder público, sendo criado pela prefeitura um manual para orientar os interessados na implantação parklets na cidade.



Figura 18: Página ilustrativa do “Manual operacional para implantar um parklet em São Paulo”
Fonte: site Gestão Urbana, disponível em http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/MANUAL_PARKLET_SP.pdf



Figura 19: Parklet da lancheonete “Na Garagem”, em Pinheiros.
Fonte: Arquivo da autora

Na área dos conhecidos “Predinhos da Hípica”, referência na paisagem de Pinheiros, ocorre no bairro algo com a mesma essência do “The Little Coffee Shop”. Este conjunto de edifícios, localizados entre as ruas Pedroso de Moraes e Morato Coelho, não apresentam garagens para todos os apartamentos. Durante muito tempo, a importância do local para guardar o carro fez com que esses espaços fossem disputados, interferindo com grande impacto no valor dos imóveis. Atualmente, acredita-se que por uma mudança de paradigma que está ocorrendo nas grandes cidades, a conscientização das questões de mobilidade urbana que devem ser dissociadas do uso exclusivo do automóvel, favorecida pela oferta de transporte público na região, as garagens desses conjuntos passaram a não ser mais essenciais e assim abrigam usos inusitados.

Na Rua Benjamim Egas encontra-se a lanchonete “Na Garagem”. Este espaço é interessante porque, ao mesmo tempo em que segue tendências culinárias que se espalham pela cidade, no que se refere ao seu produto, ele inova no modo de ocupação. É um dos exemplos de comércio que ocupa a garagem de um dos conjuntos habitacionais citado anteriormente. Sua presença afeta diretamente a qualidade do espaço público. Assim como o café, a área para consumo invade a calçada, sem causar conflitos de usos, pelo contrário, enriquecendo o ambiente.



Figura 20: Lanchonete “Na Garagem”, em Pinheiros.
Fonte: Arquivo da autora

As ações desse comércio em relação ao espaço livre público não se encerram no que diz respeito ao uso da calçada. É possível perceber que intervenções de diferentes propósitos são cotidianamente propostas pelos seus idealizadores. O primeiro exemplo de intervenção foi em relação à iluminação. Essa foi alterada, além da iluminação pública foram

instaladas lâmpadas que, de forma lúdica, valorizam o estabelecimento e, ao mesmo tempo, afetam a qualidade da rua, tornando-a mais atraente e segura.



Figura 21: Iluminação pública proposta pela Lanchonete “Na Garagem”, em Pinheiros.
Fonte: Facebook “Na Garagem”

Play na Rua está de volta!
Música, comida e oficinas manuais
para pais e filhos curtirem juntos!

18 de outubro
(domingo- 11h-18h)
Rua Benjamim Egas, 301
(aqui mesmo, nesta rua)

PLAY
NA RUA

“NA”
GARAGEM

3
ANOS

Neste sábado
10/9
A PARTIR DAS 12:00 HS

HAMBURGUER
BATATA RÚSTICA
BREJA GELADA

Figura 22: Cartazes das festas de rua organizadas pela lanchonete “Na Garagem”.
Fonte: Facebook “Na Garagem”

De forma complementar, a lanchonete promove atividades e festas populares, na rua, que atraem população de diversas idades, promovendo assim a apropriação do espaço público. A Rua Benjamim Egas passou a ocupar importante lugar no circuito gastronômico e também cultural do bairro de Pinheiros.



Figura 23: Eventos organizados pela lanchonete “Na Garagem”.
Fonte: Facebook “Na Garagem”

Outro exemplo, que também ocupa uma das garagens dos edifícios da Hípica, é o sebo “Desculpe a Poeira”, localizado na Rua Sebastião Velho. O proprietário aluga a garagem de sua mãe para desenvolver a atividade, sendo que o imóvel já abrigou outros usos como um ótica e um antiquário.

Os sebos são característicos do bairro de Pinheiros e representam um uso que faz parte de sua identidade. O “Desculpe a Poeira” atrai, de modo harmônico, a população que já busca tal comércio para uma rua exclusivamente residencial que antes quase não tinha vida. Com cadeiras, mesa e até uma mesa de centro na calçada, cria-se uma praça ou uma sala de estar na rua.



Figura 24: Sebo “Desculpe a poeira”.
 Fonte: Facebook “Desculpe a Poeira” e Arquivo da autora.

Ainda no que se refere ao comércio, não se pode falar de práticas derogatórias em Pinheiros sem citar o comércio ambulante. Este tipo de atividade representa a forma mais natural de resposta da cidade aos locais de grande concentração ou passagem de pessoas. Ruas como a Teodoro Sampaio, próxima ao Largo da Batata, são ocupadas por tal prática em quase toda sua extensão.

Conforme dito anteriormente, Pinheiros possui papel de centralidade, atraindo pessoas e, conseqüentemente os ambulantes atraídos por essas. Embora o caráter elitista das ações públicas no bairro, Pinheiros ainda consegue mesclar o comércio para diferentes classes, o que possibilita ainda mais a multiplicação de comércios irregulares. O bairro ainda alimenta tal prática por abrigar e já ter incorporado em sua identidade as feiras, não só de alimentos, como no restante da cidade, mas também de antiguidades, arte e etc.



Figura 25: Comércio ambulante.
Fonte: Arquivo da autora.

Outra prática derogatória que ocupa Pinheiros e merece destaque é o Carnaval de Rua. Este, assim como os parklets, é exemplo de prática derogatória completa, já que teve seu início irregular, provocou a discussão pública sobre a ocupação das ruas pelos blocos, abriu novos olhares, não só de políticos e administradores públicos, mas também de toda a população, para a possibilidade da cidade explorar tal uso, e conseguiu ser incorporado na agenda formal da cidade. Atualmente, porém os blocos de carnaval sofrem com a tentativa de limitação e regulamentação por parte do poder público, o que faz com que mais uma vez inicie seu ciclo de debate e reflexão pela população.

Até alguns anos atrás, os blocos de rua de carnaval não possuíam grande relevância em São Paulo, diferente do que acontecia em outros locais do Brasil. Esta situação mudou, e foi em Pinheiros que muitos encontraram abrigo. Devido sua diversidade de público e característica de servir como ponto de lazer e encontro entre pessoas de diversas gerações, o bairro não só apresentou características perfeitas para abrigar o carnaval de da cidade, mas também o disseminou.

Porém, não foi imediata a aceitação dos blocos no bairro, inicialmente estes foram vistos como transtorno por boa parte da população. Organizados principalmente por meio das redes sociais, os eventos ocorriam sem aviso prévio à população residente ou à prefeitura, o que fazia com que fossem criticados principalmente porque a população local considerava inaceitável a ocupação das ruas, principalmente o bloqueio da passagem de veículos. A presença de vendedores ambulantes e do lixo resultante das festas também eram pontos que incomodavam.

Apesar das críticas e da tentativa dos moradores de acabar com o evento, o número de pessoas que passou a participar, seja morador do bairro ou visitante, deu força para que tal prática fosse incorporada não só à identidade do bairro, mas principalmente na agenda cultural da cidade. A festa passou a ter o aval e controle da prefeitura da cidade, que passou a ter conhecimento do roteiro dos blocos e programar quais ruas seriam interditadas.

Atualmente, a situação do carnaval de rua na cidade mudou. De prática derogatória esse passou a fazer parte da agenda cultural do município. Porém, a atual gestão municipal tenta aumentar o controle e regulamentar as atividades relacionadas à ocupação das ruas, o que gera desconforto por parte dos participantes e fez com que novamente a festa voltasse a ter caráter derogatório. Diversas foram as regras impostas, entre essas se destacam a concentração de blocos em locais fechados, como o Memorial da América Latina, a definição de ruas nas quais os blocos não poderão desfilar, definição do número máximo de participantes e altas taxas para a obtenção do direito de desfilar.



Figura 26: Carnaval em Pinheiros. Blocos de diferentes tamanhos e ruas fechadas previamente pela prefeitura.
Fonte: Arquivo da autora e portal G1.

A tentativa do poder público de ordenar e regular as manifestações no carnaval acabam o descaracterizando, o que faz como que diversos artistas e o público participante não respeitem as imposições, voltando a fazer a festa com o mesmo caráter que possuía em seu princípio.

Quando uma prática derogatória é absorvida pela cidade formal, é como se esta fizesse um pacto com a população, reconhecendo suas demandas e, principalmente, as soluções possíveis levantas. Porém, deve-se lembrar de que quando este pacto é quebrado por parte do poder público, a prática derogatória não desaparece, pelo contrário, ressurgue e ganha forças para continuar atuando na cidade.

Brasil

Blocos deixam rastro de sujeira pelas ruas de São Paulo

Pré-Carnaval tem arrastado centenas de milhares de pessoas para o Centro e Zona Oeste. Só no sábado, prefeitura recolheu 64 toneladas de lixo

Por **Da Redação**
 © 9 fev 2015, 10h40

Entretenimento

Blocos põem São Paulo no mapa do Carnaval de rua

Mas paulistanos continuam sofrendo com a falta de organização

Por **Bianca Bibiano**
 © 18 fev 2015, 11h12

Entretenimento

Paulistanos deixam de viajar para aproveitar carnaval de rua em São Paulo

Foliões afirmaram que a falta de dinheiro e o congestionamento nas rodovias os motivaram a ficar na capital

Por **Eduardo Gonçalves**
 © 16 fev 2015, 12h58

Com explosão do Carnaval em SP, blocos paulistanos se profissionalizam

JULIANA GRAGNANI
 DE SÃO PAULO

19/02/2017 © 02h00

Figura 27: Histórico de notícias sobre o carnaval em Pinheiros
 Fonte: Jornal Folha de São Paulo

Outras práticas derogatórias que se destacam são o grafite e o pixo. Alvo atual de tentativa de controle por parte do poder público, tais formas de expressão dão identidade não só ao bairro de Pinheiros, mas à cidade de São Paulo.

A Rua Gonçalo Afonso se caracteriza por ser uma via ladeada por fundos de lotes. Exatamente por não ter aberturas que qualificassem o espaço, ele era evitado por pessoas que se sentiam inseguras. A falta de circulação e o relativo abandono permitiram que os

muros dos fundos das casas abrigassem manifestações de pichadores e posteriormente de grafiteiros.



Figura 28: Beco do Batman
Fonte: Arquivo da autora.

Batizada de Beco do Batman, esta rua se configurou como símbolo do espaço de liberdade para atuação e registro da cultura urbana no território e, rapidamente, foi apropriada pela população, sendo considerada hoje ponto turístico, servindo inclusive como cenário para campanhas publicitárias e festas.

A manutenção do Beco, no sentido desse se renovar constantemente por meio de novas manifestações artísticas, faz parte das ações que fortaleceram a cultura do grafite na cidade de São Paulo. O reconhecimento do grafite contou inclusive com o incentivo por parte dos setores público e privado. Vale ressaltar que o pixo sempre teve seu caráter derogatório e permanecer neste estado faz parte de seus princípios.

Atualmente, devido ação higienizadora do poder público, mais uma vez foi travada disputa entre a expressão e o controle. A atual gestão da cidade de São Paulo, por meio de campanha que preza o embelezamento da cidade, passou a cobrir pixos, grafites e murais

pela cidade com tinta cinza, sem que houvesse diálogo com a população, com artistas ou qualquer tipo de estudo prévio sobre os impactos da ação. A resistência a tal ação do poder público se dá pela potencialização da prática derogatória, que se coloca como forma de se garantir o direito de se manifestar na cidade.

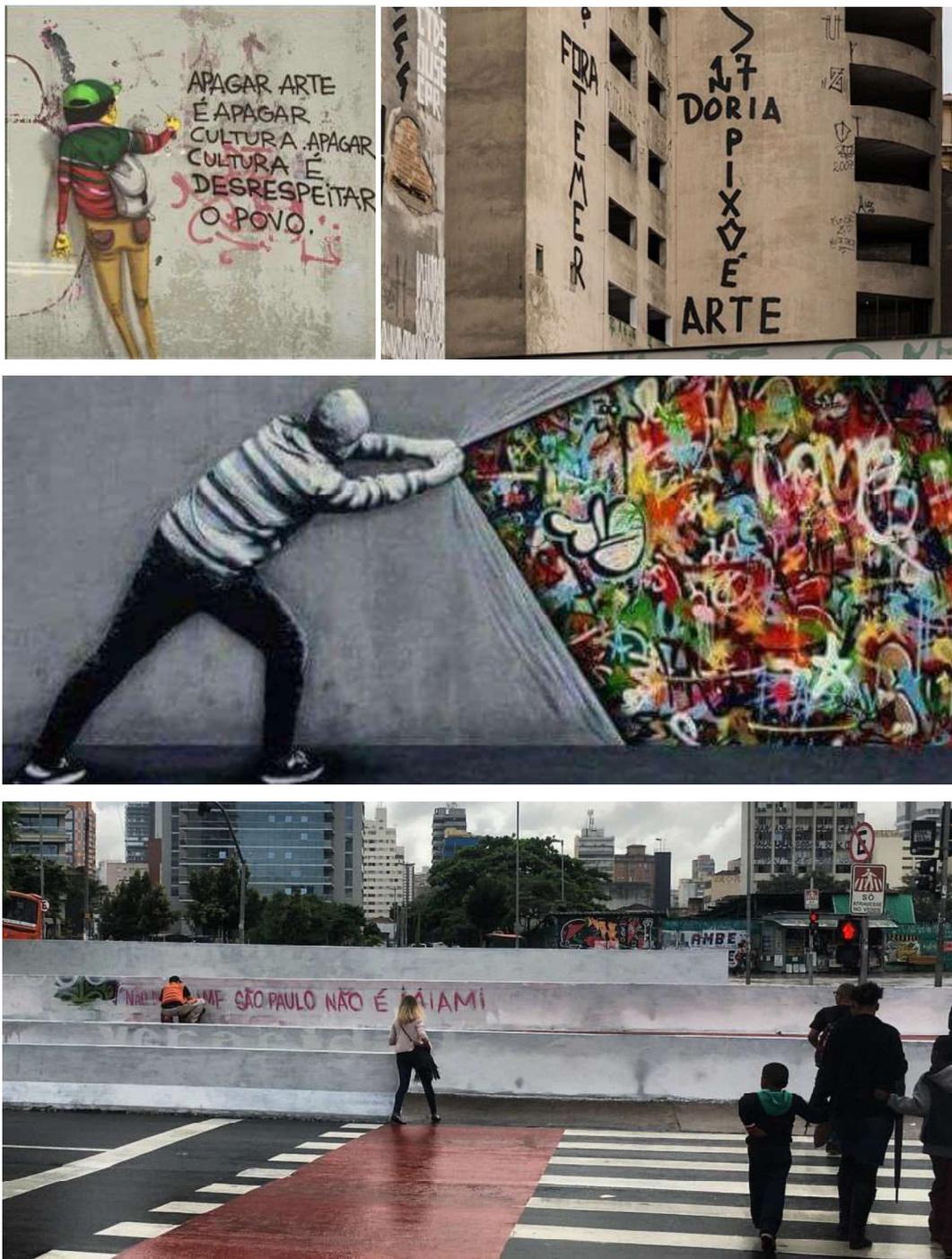


Figura 29: Manifestações contra ação da prefeitura de São Paulo de cobrir grafites e pixos da cidade
Fonte: Catraca Livre

Complementando as discussões sobre Pinheiros, busca-se outra prática muito forte que é a presença do morador de rua. A presente pesquisa reconhece a fragilidade e a vulnerabilidade dessa população e não incentiva tal condição, que deve ser objeto de ações públicas de diferentes setores. Porém, considera-se que a presença de moradores de rua representa prática derogatória que reflete as características do bairro.

Segundo dados da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social⁸, a Subprefeitura de Pinheiros é atualmente a quinta no número de moradores de rua no município, perdendo apenas para Sé, Mooca, Lapa e Santana/Tucuruvi, concentrando 3% da população em situação de rua da cidade.

Acredita-se que a cidade e as pessoas mudam juntas e a população de rua também está incluída neste pensamento. Sua fixação no território de Pinheiros se dá devido à fatores como a presença de instituições que dão atendimento a desabrigados, como albergues e hospitais, ao uso misto que permite que alternativas de renda surjam ao longo do dia, desde carretos em feiras livres até o trabalho como camelô, ou como guardador carros e vendedor de chicletes e doces nas portas de restaurantes e bares. De forma complementar, o lixo proveniente dos escritórios também se torna rica fonte de renda, reforçada pela presença da cooperativa de catadores, a COOPAMARE.



Figura 30: COOPAMARE
Fonte: Arquivo da autora.

8

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf

Destaca-se esta prática porque, assim como qualquer outro grupo, o morador de rua escolhe o local da cidade onde vive, no qual consegue adaptar a sua rotina diária. Ao abrigar a população em situação de rua, Pinheiros demonstra ser bairro ainda aberto a diversos perfis de habitantes. Como exemplo oposto, há o Itaim Bibi, também em São Paulo, que possui o mesmo caráter de uso misto, com escritórios, serviços e residências, que também é cortado por vias que absorvem o transporte público que fazem conexão com o centro da cidade. É um bairro dinâmico em diferentes períodos do dia, com diversos bares e restaurantes que dão vida à noite. Porém, é um bairro que se apresenta para a cidade com o caráter do exclusivo. Ocupado prioritariamente por pessoas com renda alta, faz com que não apenas o morador de rua seja excluído, mas sim qualquer um que não pertença ao grupo que ali vive diariamente.



Figura 31: Catador e seu carrinho no Largo da Batata.
Fonte: Arquivo da autora.

4.2 Práticas derogatórias em Paraisópolis

Paraisópolis representa uma prática derogatória por princípio. A ocupação de seu território teve origem na década de 1950, por meio de invasão. A implantação das ruas data da década de 1920, resultado do loteamento da antiga Fazenda do Morumbi, composto de quadras regulares, de 100 por 200 metros, com lotes de 10x50 m e ruas de 10m de largura, totalizando 2.200 lotes. De acordo com a história do bairro, grande parte destes permaneceu desocupado devido à falta de implantação de infraestrutura. A presente pesquisa, por meio da análise do território, aprofunda os fatores responsáveis pelo fato da área permanecer livre para futura ocupação informal.

Como já mencionado anteriormente, o projeto viário proposto pelo loteamento não respeitou a topografia da região. Assim como em Pinheiros, uma malha ortogonal foi implantada sobre terreno acidentado, caracterizado pela calha do Córrego do Antonico e seus afluentes. Os resultados de tal implantação foram ruas íngremes, quadras e lotes com dimensões irregulares, diferentes das previstas em projeto e que dificultaram a implantação de infraestrutura.

Diferente de Pinheiros, o território configurado pela implantação das ruas não atraiu e nem pôde reproduzir o padrão de ocupação estabelecido nas áreas vizinhas. Estas são caracterizadas como áreas monofuncionais, de alto padrão, ocupadas exclusivamente por residências com lotes generosos, caracterizadas por vias de traçados sinuosos que se acomodam à topografia.

Foi só quando o bairro atraiu migrantes para trabalharem como operários em obras de grande porte, como o estádio de futebol Cícero Pompeu de Toledo, por exemplo, que a área hoje ocupada pela Favela de Paraisópolis começou a ser receber as primeiras moradias.



Figura 32: Tecido do Morumbi e de Paraisópolis respectivamente.
Fonte: Ana Carolina P. Campos

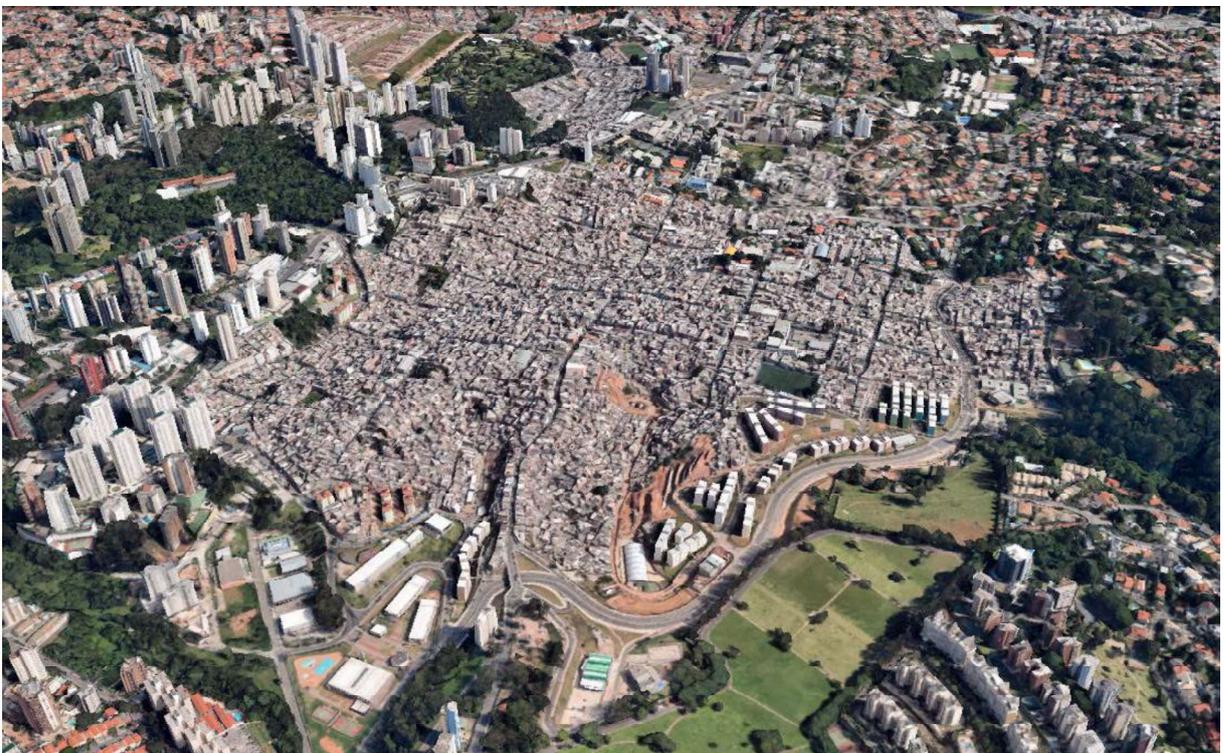


Figura 33: Imagem em 3D de Paraisópolis.
Fonte: Google Earth Pro.

Com boa localização na cidade, principalmente no que se refere à disponibilidade de emprego e serviços, Paraisópolis foi ocupada, tornando-se local de moradia para milhares de famílias que não encontraram opção na cidade formal. Configurou-se como área de baixa renda, com lotes e unidades habitacionais pequenos, sendo densamente ocupada. Com o passar dos anos, a favela começou a ganhar proporções equivalentes às de pequenas cidades e, atualmente, se estima a população entre oitenta e cem mil habitantes.

Considerando tal dimensão, entende-se que o território já não atende exclusivamente às necessidades de moradia de tantas pessoas, mas também às demandas diárias, principalmente relacionadas ao comércio e serviços, tornando-se assim área de uso diversificado. Conclui-se que inicialmente o território absorveu a demanda de moradia, com o tempo também solucionou as necessidades relacionadas à subsistência dos moradores e serviços básicos. Atualmente a comunidade já consegue dar conta de demandas específicas como opções de lazer, serviços especializados e até opções de trabalho.

Como dito anteriormente, é certo que a presente pesquisa não ignora os prejuízos urbanos e sociais que este tipo de ocupação traz à população, principalmente ligados à salubridade, aos riscos sociais e ambientais e à vulnerabilidade social. Porém se reconhece que para atingir tal proporção e capacidade de atendimento à população, há ensinamentos no que se refere a produção e gestão do espaço livre público que merecem ser investigados.

A ideia de trazer Paraisópolis como local de análise desta pesquisa vem da intenção de desmistificar, ou melhor, quebrar o preconceito que muitos possuem sobre o ambiente das favelas. No imaginário de grande parte das pessoas que não as conhecem, a ideia de que essas são caracterizadas exclusivamente pela precariedade, pela vida baseada nos limites da sobrevivência e pela violência, encobre o dinamismo e a vida comunitária rica e organizada pela própria população.

É certo que essas áreas abrigam as famílias que não puderam ser absorvidas pelo mercado formal de moradia devido sua condição financeira e social, e que buscaram alternativas perante a falta de opções oferecidas pela cidade formal, porém se engana quem ainda enxerga a favela como ambiente exclusivo de miséria e pobreza, ou mesmo como área de moradia precária que deva ser totalmente eliminada, ou corrigida, por parte do poder público.

A análise e a percepção sobre Paraisópolis se deram de forma distinta em relação a Pinheiros. Apesar de se ter conhecimento técnico sobre a configuração do território, não havia relação prévia, de apropriação, da autora com o espaço. Assim, as caminhadas tiveram a deriva, o caminhar sem rumo específico, como característica principal da metodologia, como forma de apreensão e análise, no sentido do trajeto ser traçado por meio das experiências e percepções que se davam no momento exato da visita. Tal ação se mostrou muito valiosa, aberta, gerando surpresas por estímulos não previstos.

Assim, como primeira etapa do trabalho, foram realizados diversos percursos em Paraisópolis. A partir da caminhada desprentensiosa, como método de aproximação e leitura sensível do lugar, foram produzidos registros textuais e fotográficos da experiência urbana de apreensão crítica e entendimento do lugar.

O caminhar por Paraisópolis, assim como por Pinheiros, não se teve como propósito mapear todas as ruas e seus usos, a técnica da deriva se mostrou rica porque, desprentendida da obrigação técnica de registro pelo registro, mas incentivada pelo registro do que se destaca de acordo com as dinâmicas sociais de cada espaço, a autora pôde permanecer aberta para diversos estímulos, o que fez com que em cada visita ao território observasse aspectos distintos.

Em Paraisópolis, partiu-se do princípio que o importante não era apenas diagnosticar as práticas derogatórias, devido à quase totalidade dessas no território. A intenção foi observar seus resultados na configuração espacial e social, principalmente referentes à qualidade dos espaços livres públicos. Além disso, a análise das práticas derogatórias se tornou ainda mais rica no momento que foi possível comparar o território construído informalmente com o que sofreu intervenções pelo poder público.

Caminhar por Paraisópolis em nada difere do restante da cidade no que se refere aos usos que ocupam o território, na verdade impressiona o dinamismo e a intensa apropriação do espaço público, algo que contrasta com muitos bairros formais vizinhos, que como já mencionando, possuem grande parte de suas ruas com uso exclusivamente residencial e espaços públicos vazios. O Distrito do Morumbi é a antítese da favela, caracterizado por edifícios de luxo, condomínios fechados, mansões, clubes de alto padrão com infraestrutura de esporte e lazer e grandes áreas verdes.

Na verdade, percebe-se que em Paraisópolis, os usos ainda estão na escala do pedestre e é esse que traz vitalidade a rua. Apesar dos automóveis e motocicletas ocuparem de forma intensa as ruas da favela, a forma como a malha se organiza, com vielas, escadarias e vias de diferentes portes, faz com que apenas o pedestre tenha permeabilidade pelo território, o que o faz protagonista de grande parte das ações.

A discussão sobre Paraisópolis nesta pesquisa se dá no sentido de como a comunidade, mesmo com privações, possui vida urbana, usando e se apropriando intensamente do espaço livre público, mesmo sendo ele tão reduzido. As provas sobre isso aparecem na quantidade de pessoas que ocupam a rua e na diversidade de produtos, serviços e comércios oferecidos dentro do território da favela, fazendo dessa, em muitos sentidos, autossuficiente, e permitindo que seus moradores realizem a maioria das atividades diárias dentro de seu perímetro⁹.

O trajeto que permitiu a análise de Paraisópolis teve início nas ruas principais, resultante da implantação das quadras do loteamento original e que hoje configuram eixos de comércio, serviços e de transporte mais importantes para a população ali residente. A primeira via pela qual se caminhou foi a Rua Ernest Renan, que se destaca pela vitalidade, com diversos usos e públicos.



Figura 34: Rua Ernest Renan.
Fonte: Arquivo da autora.

⁹ Está sendo realizado estudo pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em parceria com o Banco Mundial, para análise do deslocamento da população de Paraisópolis nas suas ações diárias. Por não estarem finalizados, os dados quantitativos desse trabalho não puderam fazer parte da presente pesquisa, porém estes já apontam para a auto suficiência da comunidade, demonstrando que muitas pessoas resolvem todas suas necessidades diárias de consumo, trabalho e lazer dentro do perímetro da comunidade.



Figura 35: Rua Ernest Renan.
Fonte: Arquivo da autora.

Atualmente muito se discute sobre o Desenvolvimento Orientado ao Transporte (DOTS¹⁰). Considerado como metodologia de referência, este é um modelo de planejamento e desenho urbano que estimula a ocupação compacta, de alta densidade, e com uso misto, em áreas próximas a estações ou eixos de transporte público. O conceito do DOTS oferece às pessoas diversidade de usos, serviços e espaços públicos seguros e atrativos, favorecendo a interação social, promovendo distâncias curtas e estimulando a movimentação de pessoas a pé. Implica em um cenário de rua mais vibrante, formas construídas que levam em consideração os pedestres, características de uso do solo que tornam mais convenientes e seguros caminhar, usar bicicleta ou transporte público. Tal modelo serviu de base para importantes instrumentos urbanísticos, como o atual Plano Diretor Estratégico (PDE) da Cidade de São Paulo.

É certo que Paraisópolis é carente em possibilidades de transporte público, não só considerando a conexão da área com o restante da cidade, mas também para conexão interna. Porém, sem nenhuma forma de imposição ou orientação, o modo como as pessoas se organizam no território, de forma derogatória, reflete o que hoje é aclamado por teóricos da questão urbana.

Não é preciso ser especialista para perceber que o dinamismo das ruas de Paraisópolis atualmente não reflete só as atividades cotidianas das pessoas, no sentido de atender necessidades diárias relacionadas à subsistência. A ocupação da rua reflete também

¹⁰ O termo original é em inglês, Transit Oriented Development (TOD).

questões específicas, como oportunidades de trabalho, de comércios especializados, além da oferta de serviços e lazer.



Figura 36: Vitalidade e diversidade das ruas de Paraisópolis.
Fonte: Arquivo da autora.

Também é possível identificar o comércio especializado, como lojas de ferragens e materiais de construção, por exemplo, que se justificam pela forma como os imóveis são construídos na comunidade, em sua maioria por autoconstrução. Além desses, destacam-se a loja de vestido de noiva e festa, o espaço para festa, conhecido como buffet, a loja de jogos eletrônicos e a agência de viagens.



Figura 37: Comércio especializado.

Fonte: Arquivo da autora.

peçoas, mas a organização de Paraisópolis conseguiu dar conta de incluir em seu território tendências, grifes que, de forma derogatória, atendem às demandas da população e seguem todas as tendências sociais e culturais da cidade formal. A existência de lojas representantes de marcas famosas demonstra que Paraisópolis represente um nicho de mercado importante.



Figura 39: Vitrines de lojas em Paraisópolis
Fonte: Arquivo da autora

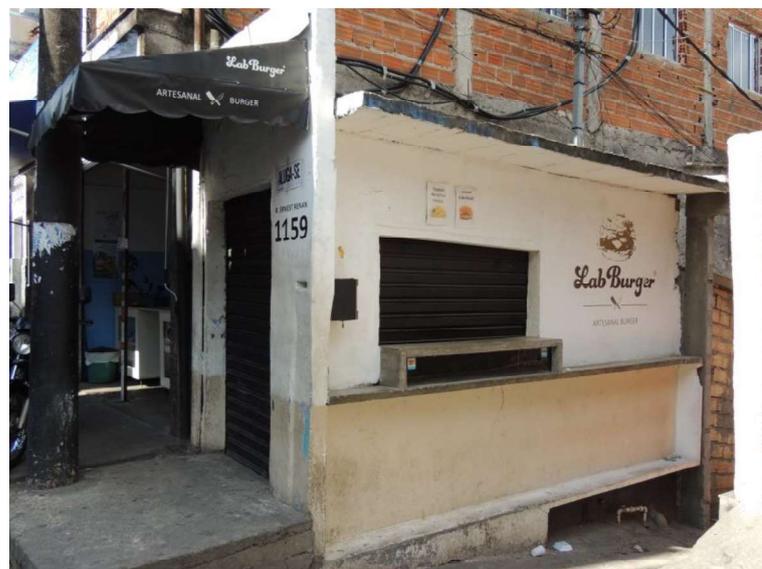


Figura 40: Lanchonete que segue a moda das lanchonetes da cidade.
Fonte: Arquivo da autora.



Figura 41: Marcas de referência que abriram filiais em Paraisópolis
Fonte: Arquivo da autora.



Figura 42: Comércio de menor porte pulverizado pelo território.
Fonte: Arquivo da autora.

As opções de comércio oferecidos em Paraisópolis ainda se mostram mais especializadas se se considerar comércio “local”, de menor escala, pulverizado pelas ruas e vielas. Além desses, destacam-se também as opções de lazer, diurnas e noturnas.



Figura 43: Bar sendo aberto para receber clientes no fim da tarde.
Fonte: Arquivo da autora.

Como prova da dinâmica urbana, da variedade e da vitalidade do território de Paraisópolis, tem-se o mercado imobiliário da região. Embora informal este consegue ser estruturado e apurado a ponto de utilizar as mesmas dinâmicas do mercado formal. Variáveis como localização e características do entorno são determinantes da definição dos preços dos imóveis. Destacam-se principalmente os anúncios de pontos comerciais, não só pela quantidade, mas principalmente pelos valores que sustentam.



Figura 44: Anúncios imobiliários de pontos comerciais.
Fonte: Arquivo da autora

Na cidade informal, em que a prioridade é habitar, o espaço público muitas vezes se limita apenas às ruas e vielas, que dão estreito suporte aos diferentes eventos e atividades de socialização da comunidade. A proximidade gritante entre moradia e rua, presente na favela, seu tecido denso e orgânico com casas sobrepostas e vielas apertadas, torna inerente o convívio e proximidade entre os moradores. A rua se torna extensão coletiva da moradia, “um lugar onde o contato social entre moradores pode ser estabelecido como uma sala de estar comunitária.” (HERTZBERGER, 1999, p.48)



Figura 45: Apropriação privada dos espaços livre públicos.
Fonte: Arquivo da autora

Paraisópolis apresenta áreas distintas dentro de seu território, como qualquer bairro da cidade. É possível identificar o que já está consolidado, o que foi produto de ação do poder público e áreas degradadas, que por sua fragilidade social e ambiental ainda são muito precárias.

Destacam-se positivamente neste território as áreas consolidadas, que embora tenham recebido ação pública no que se refere à disponibilidade de infraestrutura, ainda carregam muito das características físicas e sócias de sua formação.

Ao contrário do previsto, as áreas que sofreram maior intervenção do poder público, nas quais o espaço livre não foi apenas qualificado, mas sim refeito, juntamente com o projeto de edifícios habitacionais, perderam muito das qualidades urbanas presentes no território e destacadas por esta pesquisa, principalmente no que se refere à vitalidade e apropriação da rua.

Na urbanização de favelas, ao invés de ocorrer a substituição de toda favela por uma nova ocupação formal, surge a opção de se considerar e preservar parte das construções existentes, sob um discurso de respeitar as relações sociais e econômicas dos habitantes. Sabe-se, porém, que o real motivo desta proposta é principalmente financeiro e de logística, considerando a impossibilidade de se reassentar tantas pessoas, no mesmo território, de acordo com as regras urbanísticas, garantindo a mesma densidade e respeitando as relações sociais da população.

A atuação nas favelas muitas vezes segue a lógica sanitarista, na qual se prioriza obras de infraestrutura e manutenção de áreas de risco. Esta pesquisa não desconsidera a importância destes aspectos, mas apenas reforça que esses não são os únicos itens que caracterizam a qualidade do ambiente urbano e principalmente, da qualidade de vida das pessoas que ali vivem. Apesar do conceito de urbanização de favela já ser bem difundido, este ainda está condicionado pela ideia de que as necessidades das pessoas estão exclusivamente ligadas à oferta de habitação, a gestão de risco e provisão de infraestrutura.

Desde junho de 2006, Paraisópolis vem sendo alvo de ações de transformação urbana pela Prefeitura de São Paulo. Em 2008, com a abertura de licitações e investimentos na ordem de 400 milhões de reais, os projetos começaram a se desenvolver mais rapidamente. Foram selecionadas intervenções pontuais, visando reestruturar o espaço e a infraestrutura da favela. O escopo das ações incluía: obras de pavimentação, construção de

novas unidades habitacionais, acesso à infraestrutura, implantação de redes de água e esgoto, remoção de moradias em áreas de risco, obras de contenção e/ou estabilização de taludes e implantação de equipamentos públicos.

Erroneamente, os projetos de urbanização em Paraisópolis possuem o objetivo de transformar o território ainda com referências da cidade formal, baseados no código de obras de caráter sanitarista e em modelos urbanísticos e arquitetônicos inadequados para as demandas e dinâmicas da população atendida. Os padrões e os tipos das novas construções não incorporam a forma de ocupação e principalmente os usos existentes. Erram ao não aceitar as características e qualidades existentes na favela como opções de ocupação, com problemas, mas também com potenciais, e que podem não só abrigar, mas também ensinar sobre como construir e se apropriar da cidade.

O resultado obtido em Paraisópolis pelos projetos de urbanização é uma cidade sem vida, com edifícios desconectados dos locais onde são inseridos, com espaços públicos residuais, com áreas comerciais que não se integram às ruas, que resultam em ambiente sem qualidade no que se refere não só ao desenho, mas principalmente à vivência e apropriação das pessoas.

O mais contraditório é que mesmo os projetos habitacionais construídos pelo poder público são práticas derogatórias, pois não obedecem totalmente a legislação. A maioria deles, por exemplo, apresenta problemas fundiários que impossibilitam sua aprovação nos órgão de licenciamento. Assim, fica a dúvida: se o próprio Poder Público entende que é impossível seguir todas as regras para garantir a ocupação de Paraisópolis, com quais critérios seleciona as regras que segue e as que não? Por que o Código de Obras, por exemplo, com seus recuos que afastam a vida das ruas e impedem a construção de fachadas ativas, também não podem ser desconsiderados?

Tais ações, quando mal pensadas e, principalmente, quando desarticuladas do existente, não conseguem promover a apropriação da população, que além de não ter suas necessidades contempladas, também não se apropria do espaço público. Com o tempo este passa a ser transformado, muitas vezes degradado, e ocupado pelas reais necessidades dos habitantes.



Figura 46: Espaços livres públicos resultantes dos projetos de urbanização de favelas.
 Fonte: Arquivo da autora



Figura 47: Contraste entre a ocupação existente e a proposta pelo poder público.
Fonte: Arquivo da autora

Como exemplo emblemático do fracasso do projeto que desconsidera o contexto e as dinâmicas do território onde foi implantado, há o projeto de um edifício, do arquiteto Marcos Boldarini, para a área do Grotinho. Apresentado em bienais de arquitetura e premiado, este projeto impõe uma condição à favela que não consegue ser incorporada pela população. Implantado em uma das regiões mais precárias, devido a existência de áreas de risco, este projeto não se mostrou integrado às demandas do espaço, impondo condições pré-concebidas como corretas no papel, mas que não se concretizaram no território.



Figura 48: Maquete eletrônica do projeto para o Grotinho.
Fonte: Arquivo da autora

Caracterizado como edifício multifuncional, com unidades habitacionais, comércio, espaço livre público e um cinema ao ar livre, o edifício não tem seu fracasso atribuído apenas ao contexto de Paraisópolis, mas sim à sua forma de relação com o existente. O projeto se apresenta para o território como elemento qualificador, sem criar relação ou potencializar seu entorno. Detalhes que aparentemente são simples, como um degrau que separa o edifício da calçada e o comércio com frente virada para dentro do edifício, e não para a rua, demonstram a falta de relação com o existente.



Figura 49: Situação atual do edifício implantado no Grotinho.
Fonte: Ana Carolina P. Campos



Figura 50: Detalhe do desnível entre a calçada e o pátio interno, assim como para o comércio, que não faz frente para a rua.

Fonte: Ana Carolina P. Campos

No que se refere ao espaço livre público, primeiramente foram removidas famílias que estavam em situação de risco, e, no local foi construída uma praça, com quadras esportivas, áreas de estar e um cinema, que tinha como suporte de sua tela o próprio edifício. Tal região da favela não funciona como ponto de encontro, não possui o caráter de atrair ou concentrar pessoas que venham de outras regiões.

O projeto buscou trazer atributos, mas não deu conta de lidar com a precariedade da região, e com o fato dessa não estar conectada ou ser um ponto de encontro nas dinâmicas da favela. O resultado é o contínuo desmanche desse, que dá lugar a novas unidades habitacionais que retomam seu espaço. Acredita-se que os projetos observassem o existente, ao invés de impor uma lógica, talvez resultados não só físicos, mas principalmente sociais mais eficientes poderiam ser atingidos.

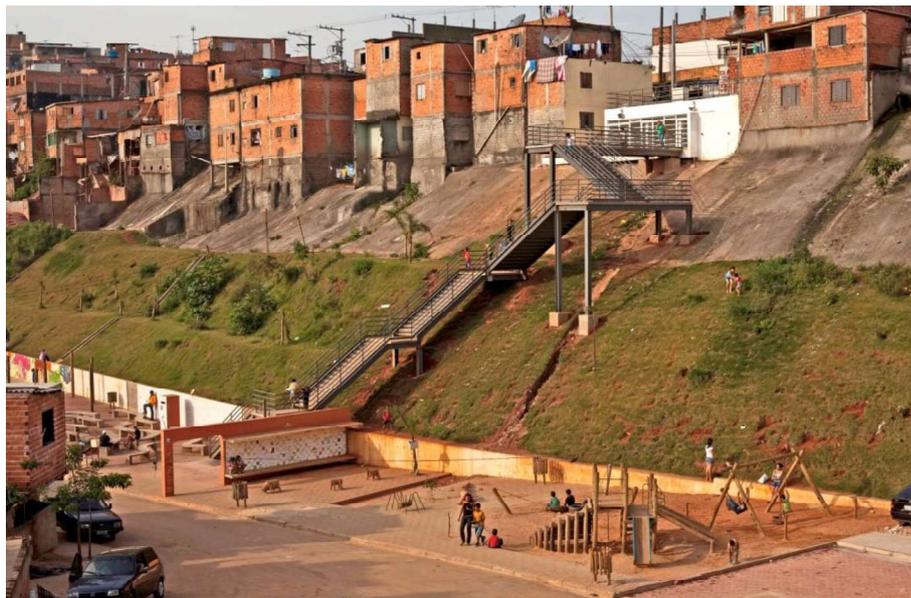


Figura 51: Espaço livre público após a entrega da obra.
Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (Sehab-SP)



Figura 52: Situação atual do espaço livre público.

Fonte: Ana Carolina P. Campos

Principalmente com relação ao lugar de uso coletivo, muitas vezes as soluções dadas pelo poder público são generalizantes, não respondem à demanda específica do local, não contam com a participação dos moradores do entorno no processo de elaboração e, por fim, dado o descaso na manutenção, tornam-se espaços pouco ou nada utilizados, com equipamentos rapidamente deteriorados, já que não foram assimilados, nem apropriados pelos seus usuários potenciais.

Nas práticas derogatórias, cabe ao próprio morador e usuário o interesse pela apropriação do lugar, assim como a compreensão do espaço como bem comum e de gestão local e coletiva; como ocorre, com sucesso, no caso do Campo do Palmeirinha. Não só pela localização territorial centralizada e de fácil acesso, mas também pela ação de agentes internos que organizam as atividades esportivas, agregando a ele interesse e adesão de uso

por parte de centenas de moradores de diferentes idades. O Campo resiste, desde 1973, como principal ponto de referência da favela de Paraisópolis. Não é só pelo futebol, mas pelo entendimento da área do grande vazio como lugar agregador, de uso compartilhado e de manutenção e comprometimento, necessariamente, coletivos.



Figura 53: Campo de futebol do Palmeirinha. Espaço livre público de referência em Paraisópolis.
Fonte: Arquivo da autora.

Ao se apresentar as práticas derogatórias no bairro de Pinheiros, a temática do morador de rua surgiu como reflexo das características e condições do bairro. No caso de Paraisópolis, a mesma questão é abordada de outra forma, nota-se a inexistência de moradores de rua ou pessoas desabrigadas na favela. Por mais precária que seja a moradia, todos tem um abrigo. A comunidade, em sua organização, não permite que isso aconteça, estando aberta a ajudar o outro quando necessário.

A prática derogatória da ocupação irregular cria vínculos sociais entre as pessoas que fazem com que estas tenham consciência e uma propensão maior a participarem, de forma positiva, da vida do outro. Torna-se interessante pensar que, a população em situação de rua, um dos problemas que ainda representa um grande desafio para a gestão pública e que ainda não tem uma solução ou proposta estruturada, nem sequer exista em uma

comunidade na qual as pessoas se organizaram de acordo com suas demandas e possibilidades sociais e econômicas.

O poder do dinheiro e da mercadoria permanece enorme nestes casos, mas a solidariedade social frequentemente gera formas de viver e organizar que funcionam contra a lógica do capital. Se uma grande parte da população mundial sobrevive com menos de um dólar por dia, muitas vezes é porque construiu formas de solidariedade e apoio mútuos que em geral não existem nas partes mais “avançadas” do mundo. Em muitos locais do planeta, a construção de relações sociais alternativas é simplesmente uma necessidade (Holloway, 2013, p. 26)

4.3 A rua e o cenário político social

Uma fissura não é um passo no caminho para a Revolução, mas uma abertura. Ela é um farol de dignidade brilhando através de uma noite escura, um transmissor de rádio difundido a rebelião para sabe-se lá quem. Ela nunca está totalmente fechada, mesmo quando é violentamente suprimida (HOLLOWAY, 2013, p.38)

Busca-se por meio deste item, compatibilizar as discussões da dissertação com o cenário político atual, principalmente após as manifestações de junho de 2013, que ocorreram em todo Brasil. A incorporação desse tema na pesquisa se torna pertinente porque se considera que a manifestação, que ocupa o espaço livre público, contém em sua essência o mais alto grau de prática derogatória, já que se caracteriza como ato de insatisfação da população, que exige ser ouvida para que mudanças ocorram. A apropriação do espaço público é feita de forma que sua função social é potencializada ao extremo.

O número de pessoas que ocupou as ruas, por razões tanto políticas quanto sociais nas cidades brasileiras, não pode ser ignorado, já que representa um marco na história da sociedade. Considera-se que qualquer análise a ser feita sobre a ocupação e apropriação do espaço livre público atual não pode ignorar tais fatos, considerados marcantes para a discussão da evolução do papel do cidadão no desenvolvimento das cidades.



Figura 54: Cartazes de convocação para as manifestações.

Fonte: MPL.

Segundo Vainer (2013, p.35) governantes, políticos, imprensa e até mesmo cientistas sociais foram pegos de surpresa pelas manifestações que mudaram a face e o cotidiano das cidades em junho. Pela rapidez com que se espraíram, pelas multidões que mobilizam, elas evocaram os grandes e raros momentos da história em que se põem à agenda política da sociedade e, em alguns casos, acabam transformando em possibilidade algumas mudanças sociais e políticas que pareciam inalcançáveis.



Figura 55: Manifestação na Av. Paulista.
Fonte: MPL.

A tomada de consciência em relação ao importante papel da rua, com foco na mobilidade, na luta pelo direito à cidade, fez com que o tema se tornasse pauta nacional. As manifestações de junho de 2013 reivindicavam principalmente a redução dos preços das tarifas, assim como expressavam a indignação contra as péssimas qualidades do serviço de transporte e o descaso cotidiano com a população. A questão da mobilidade levou um conjunto heterogêneo de pessoas às ruas, que fez emergir uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos.

Se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa, também se realiza como método, na prática dos manifestantes que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos. A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. (MPL, 2013, p.16).



Figura 56: Manifestação no Largo da Batata.
Fonte: MPL.

O espaço livre público tende a ser normatizado, pacificado e homogeneizado, entretanto, do ponto de vista do cotidiano é justamente o lugar da ação política, onde se possibilitam e se manifestam os conflitos e as expressões sociais. O espaço público não é lugar de consensos, a negação da existência do conflito evidencia a falta de vontade política do poder público em reconhecer as diferenças, para assim poder pensar uma política espacial efetiva e democrática de fato.

Os diversos olhares com que a sociedade vê a cidade, as múltiplas opiniões, conceitos e preconceitos que se estabelecem, não deixam de ser a busca pelo significado da cidade e também da vida. É preciso entender, que essas representações são portadoras de sonhos, inseguranças e aspirações da coletividade. Quando as práticas sociais geram estranhamento, elas desconstruem a imagem habitual de ver, produzir e criar a cidade, e geram novas possibilidades. Essas transformações não devem ser mecânicas de comportamento e reações programadas, e sim transformações sensíveis das pessoas e dos lugares, criando novos espaços e novas relações sociais.

Fenômenos urbanos de apropriação, como manifestações, normalmente não surgem de forma isolada. Os protestos se expandem de forma rápida, representados pelas massas ocupando as vias, carregando cartazes e fazendo cordões humanos, que transitaram por cidades, tecidos e culturas, buscando e revelando similaridades e diferenças.

Considerando os perímetros estudados, tanto Pinheiros quanto Paraisópolis são palco de protestos, nos quais a população apresenta suas reivindicações. Em Pinheiros, os protestos de estudantes secundaristas contra a reforma proposta pelo Governo Estadual

foram organizados com a ocupação de várias escolas. No momento mais importante dos protestos, iniciados no começo de novembro de 2015, o Sindicato dos Professores (Apeoesp) chegou a afirmar que 213 escolas foram ocupadas, enquanto a Secretaria Estadual da Educação confirmou 200 ocupações. A Escola Fernão Dias, na Avenida Pedroso de Moraes foi um dos ícones da onda de ocupações em 2015, na ocasião, o colégio ficou 55 dias ocupado, e voltou a ser ocupada por estudantes no dia 30 de abril de 2016 em solidariedade aos estudantes do ensino técnico que ocuparam o prédio administrativo do Centro Paula Souza — autarquia do governo estadual responsável pela administração das unidades. Os estudantes protestam contra cortes na merenda e defendem que todas as escolas tenham alimentação.



Figura 57: Manifestações contra a proposta de reorganização escolar.

Fonte: G1.

Ao longo das manifestações contra a proposta de reorganização escolar, a ocupação das ruas de Pinheiros foi fundamental para que o movimento ganhasse visibilidade. Mesmo com tantas escolas ocupadas os estudantes entenderam ser fundamental o fechamento de vias importantes, a Teodoro Sampaio foi fechada por algum tempo na tarde do dia 07 de dezembro de 2015, dali marcharam para o cruzamento de Avenida Rebouças com a Faria Lima, e interromperam o tráfego por quase uma hora. O mesmo cruzamento foi palco de manifestações também na manhã do dia 22 de março de 2016.

Em Paraisópolis, diversas foram as manifestações organizadas pela população. No dia 02 de fevereiro de 2009 vários moradores de Paraisópolis atearam fogo em pedaços de madeira e outros objetos em ruas da comunidade, montaram barricadas, destruíram e atearam fogo em diversos veículos e depredaram estabelecimentos comerciais. O Corpo de Bombeiros enviou equipes e a Polícia Militar controlou os tumultos. As redes de televisão informaram que o motivo dos protestos foi a morte de um morador da comunidade, que teria sido baleado por policiais militares na noite de anterior durante batida policial. Em 24 de agosto de 2013 moradores da comunidade protestaram fechando a Avenida Giovanni Gronchi reivindicando o atendimento por políticas habitacionais de moradores removidos de áreas desocupadas. Em 13 de janeiro de 2015 moradores de Paraisópolis bloquearam as avenidas da comunidade queimando entulho para protestar contra a falta de energia elétrica, interrompida há mais de três dias, o que impedia as UBSs de atenderem a população.

Muitas vezes, aparentemente as manifestações parecem não ter atingido seus objetivos, mas na verdade mesmo que o que pleiteavam não seja atendido, essas valem para ressaltar o poder do espaço livre público e reforçam este como o espaço no qual as pessoas podem ganhar voz. A presente pesquisa considera que isso já é uma grande vitória para qualquer ação social.

O mesmo pode ser dito de qualquer outro levante ou explosão de descontentamento popular [...] Frequentemente tais explosões são vistas como fracassos, porque não levaram a uma mudança permanente, mas isto é equivocado: elas têm uma validade em si mesmas, independente de suas consequências de longo prazo. Como um lampejo ou um raio, elas iluminam um mundo diferente, um mundo criado, talvez, apenas por algumas horas,

mas a impressão que permanece em nosso cérebro e em nossos sentidos é a de uma imagem do mundo que podemos criar (e criamos). O mundo que ainda não existe se mostra como um mundo que existe como ainda-não. (HOLLOWAY, 2013, p. 33)

As pessoas devem entender que sim, seu comportamento é relevante, que suas ações repercutem na cidade de forma direta e suas redes sociais as ampliam e disseminam. Não se deve tirar a responsabilidade do poder público, mas cada cidadão que vive a cidade, e não só na cidade, tem mais voz e argumentos para exigir mudanças, e principalmente, sabem ocupar a rua para lutar por suas demandas.

Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:

Raiva e tenacidade. Ciência e indignação.

A iniciativa rápida, a reflexão longa,

A paciência fria e a infinita perseverança,

A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto,

Apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a

realidade. (BRECHT)

Capítulo 5. Conclusão e considerações finais

Em sociedades claramente organizadas, ou naquelas que determinados grupos detém o poder, as regras de convívio são estabelecidas pelos grupos dominantes ou pelos majoritários. Entende-se que por meio desse jogo de forças, o que é imposto (seja pelo Poder Público, seja pelos grupos majoritários) é reequilibrado pela resposta transgressora da sociedade, ambos têm força, o que exige negociações constantes entre diferentes atores da sociedade.

A presente dissertação abrangeu a dimensão cotidiana da produção do espaço, privilegiando as possibilidades de apropriação e subversão do espaço público, contrapondo com a lógica institucional de dominação, de pacificação e homogeneização social. Considera-se que onde há vida há perturbação do status quo e, assim, por meio de fracassos e sucessos das tentativas diárias, a sociedade evolui.

O objetivo central desta pesquisa foi evidenciar as possibilidades de apropriações cotidianas do espaço público, e as práticas de reprodução social que ali ocorrem, e assim poder ver seu potencial de subversão em relação aos usos estipulados e normalizados dos espaços urbanos.

De qualquer forma, ainda há perguntas a serem respondidas. Como fazer cidade? Como arquitetos, urbanistas, geógrafos e políticos devem atuar? Como fazer a cidade “funcionar” de forma coletiva? O que esta dissertação conclui é que não há resposta específica. A única certeza é que se deve sempre observar, conhecer a história e o que levou cada característica da cidade a existir. A cada ação na cidade, é preciso estar pronto para dar um passo à frente ou para trás, para aceitar mudanças e colaborações, estar aberto às possibilidades e novos caminhos.

O assunto transcende esta dissertação e admite tantas respostas quanto complexa é a realidade urbana. Pretender dar uma resposta completa seria incorrer em simplificação tão grande como a que se quer superar. Mas acredita-se que foi possível trazer à tona elementos que podem contribuir com a busca de soluções alternativas a partir do conhecimento baseado em casos apresentados em seus respectivos contextos urbanos. São, talvez, pequenos elementos de apoio na hora de tomar decisões no futuro. O material deste

trabalho está destinado, então, ao público amplo, de cidadãos preocupados com o futuro de seu habitat, e de profissionais de ação e reflexão sobre a cidade.

A dimensão do universo do cotidiano evoca nova metodologia de abordagem dos projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos. Na medida em que a visão da paisagem pressupõe a existência e a interação ativa de quem a vê e a vivência, e não subsiste apenas como sistema de objetos, a discussão da cotidianidade inverte os critérios de se conceber o projeto. Este passa a representar determinado recorte do espaço/tempo, em movimento, afastando-se da ideia do objeto consolidado e fechado, refletindo, obrigatoriamente, as necessidades de seus usuários naquele momento.

Os especialistas em urbanismo veem que seus campos disciplinares se modificam: não se fala mais em encontrar a solução, mas sim de pôr suas competências à serviço de negociações entre os diversos atores, para ajudar a construção de compromissos aceitáveis pelo maior número possível, respeitando as minorias, articulando interesses locais e o funcionamento do conjunto do sistema urbano.

O vínculo entre a vida pública e os espaços públicos é dado fundamental a ser considerado para qualquer ação pública ou privada, de grande ou pequeno porte, efêmera ou duradoura. A rua se apresenta como espaço ativo na troca entre cidade e cidadão, é por ela que começam as mudanças na cidade, e na sociedade, a partir das pessoas que a utilizam, e é a rua que afetará diretamente as pessoas que irão se apropriar ou não da cidade. Este atributo é o que permite que a cidade acolha e seja reflexo de cada cidadão.

O 'que tem mais realidade' é o que está mais oculto. E é o que mais precisamos encontrar para compreender a rua e a cidade que temos hoje, para fazer de ambas o urbano que queremos. Para tanto, nada como abrir alas – espaço, a rua! – aos corpos dos pedestres que pelas cidades brasileiras circulam, desfilam, e também – tentadoramente – se deixam ficar. (FRESE, 2011, p. 11)

A concepção e a gestão de ruas, ao suceder uma questão social com múltiplas facetas culturais, econômicas, ambientais e políticas, apontam as responsabilidades dos técnicos que as desenham, equipam, regulam e administram, dado que as soluções pré-definidas, os modelos ideológicos e os dogmas urbanísticos são cada vez menos suficientes.

Pretendeu-se lançar alguma luz sobre o assunto, polemizá-lo e, se possível, despertar interesse e abrir questões. Na tentativa de fazê-lo, colocou-se em dúvida uma série de “conceitos” e “princípios” que, talvez por comodidade ou acomodação intelectual, foram deixados sem discutir por mais tempo que o desejável, dada a sua natureza técnica. O saber que permite arriscar previsões para as cidades merece ser revisto a prazos curtos, já que suas consequências se fazem sentir sobre números consideráveis de pessoas, além de demandarem investimentos de vultuosos recursos financeiros, sempre escassos em várias outras áreas e demandas além da estritamente urbanística. Contudo temos que reconhecer que os investimentos urbanísticos tem alcance sociológico, econômico e afetam a tomada de decisões políticas.

A tradição brasileira é atacar os problemas com base em teorias acadêmicas, onde há implícito determinado modo de resolver as sempre conflituosas relações entre as elites e as classes populares – dicotomia, ao mesmo tempo opositiva e complementar, que se constitui em verdadeiro “modelo cultural”. É através de seu uso, ideológico e inconsciente a mais das vezes, que se costuma pensar o poder em nossa sociedade. No campo urbano, que não foge à regra, grupos acadêmicos ou técnicos, detentores do saber-fazer, consideram sua tarefa natural à instrução da massa. A sociedade, “passiva por excelência”, estaria sempre receptiva e disposta a incorporar indicações superiores e iluminadas quanto aos melhores configurações para a construção ou apropriação dos seus espaços sociais.

Por outro lado, a maioria da população, que não tem tido alternativa senão aceitar as imposições, acabou por criar mecanismos de defesa e superação. Subverte os significados dos espaços que lhe são impingidos. Cria, às vezes com muita dificuldade e desgaste, ordens próprias que ultrapassem as ordens simplistas e abstratas dos planejadores. Acumula-se desta forma um desconhecimento exponencial. Se o pensamento erudito sabia pouco sobre os usuários que pretendia atingir, passa a saber menos ainda sobre os efeitos “distorcidos” de suas intervenções.

Quando se pensa que no Brasil são gastos recursos enormes na realização de planos e de projetos urbanísticos sem que ninguém se preocupe em verificar a eficácia de seus postulados quando levados à prática, pode-se entender os verdadeiros efeitos de determinadas ações sobre o meio urbano. Cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se

comportam de acordo com as fantasias de quem as trata desta forma. São concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem, tendo de comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar e em muitos níveis. (SANTOS, 1985, p.07)

Como síntese deste trabalho, ao invés de apresentar o resumo das ideias discutidas, como conclusão, apresenta-se uma metáfora, na qual se compara a cidade a um texto. Deve-se imaginar uma produção na qual cada parágrafo foi escrito por uma pessoa, tendo os autores características sociais e culturais distintas, representando diversos momentos da história. Com certeza o resultado de uma colaboração tão plural será algo sem coesão e coerência, sendo necessária uma ação para que cada trecho escrito passe a ter seu papel dentro do objetivo geral coletivo.

Duas são as opções do que se pode chamar de correção do problema: reescrever tudo novamente ou rasurar o que necessita de ajuste. Por certo, a priori, muitas pessoas escolheriam a primeira opção como a correta, a de reescrever do zero, afinal, ter-se-ia o controle do resultado considerado final. Porém, ao se apagar com uma borracha as palavras antigas, escritas por várias pessoas, e substituir essas por novas, não estaríamos mais falando do mesmo texto, e sim de um novo, que por mais bem escrito que seja, terá a pobreza de representar apenas o cidadão que o reescreveu, que filtrou as informações anteriores de acordo com seu repertório, teríamos a história de um e não de vários. Além disso, no exato momento em que este texto estivesse pronto, finalizado, este se tornaria obsoleto, já que a todo instante novos parágrafos surgem, escritos por novas pessoas, e não só o conteúdo, mas também a linguagem novamente demandariam correções e alterações.

A segunda opção, rasurar o texto, significa ajustá-lo às necessidades de compreensão, seja porque as ideias estão desconexas ou mesmo porque em algum momento sua linguagem já está ultrapassada. Rasurar representa respeitar a história e a essência da obra, permitir que essa carregue suas marcas, e principalmente destacar a importância da produção coletiva de conteúdo. Ao se rasurar existe a certeza de que o trabalho nunca está finalizado e que sempre alguma nova colaboração pode ser feita, e esta é muito bem vinda.

Assim é a cidade, rasurada diariamente, por cada cidadão, sob diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Enxergar cada transformação é o que nos torna capaz de a cada dia permitir a coesão entre todas as partes. A presente pesquisa deseja que cada projeto urbanístico, e seu executor, enxergue o nobre e gentil papel que cada ação na cidade terá quando esta se limitar a ser apenas uma rasura.

Por fim, vale lembrar um dos mandamentos que o jurista uruguaio Juan Eduardo Couture Etcheverry (1904-1956), apresenta em seus Mandamentos do Advogado, uma sábia relação de princípios que deveriam pautar as ações daqueles que vão trabalhar a serviço da justiça e da sociedade: “Teu dever é lutar pelo Direito, mas no dia em que encontrares em conflito o direito e a justiça, luta pela Justiça”.

Referências

ALAVAREZ, K.L.B. **O projeto de espaços públicos na periferia de São Paulo: uma questão sócio-ambiental**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.

ALEXANDER, C. **La ciudad no es un Árbol**. In Cuadernos Summa, Nueva Vision nº 09, p. 20 a 30.

ARENDT, H. **A condição humana** [1958] 5. Ed. Tradução de Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ASCHER, F. **As Duas Formas de compartilhar uma rua**. In: Conquistar a rua! Compartilhar sem dividir. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

AUGÉ, M. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Editora Papyrus, 1994.

BARNETT, J. **Urban Design as Public Policy**. Nova Iorque: Architectural Record Book, 1974.

_____. **An Introduction to Urban Design**. New York: Harper and Row, 1982.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2005.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

BORJA, J; MUXI, Z. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Editora Electra, 2003.

BORTHAGARAY, Andrés (org.). **Conquistar a rua! Compartilhar sem dividir**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

CACCIA, L.S. **A apropriação do espaço público a partir do estudo das representações sociais no parque da redenção em Porto Alegre/RS**. 2001. Trabalho final de graduação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CACCIA, L.S. **Mobilidade urbana: políticas públicas e apropriação do espaço em cidades brasileiras**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CAMPOS, A.C.P. **À deriva em Paraisópolis. 2016**. Trabalho final de graduação – Escola da Cidade, São Paulo, 2016.

CARLOS, A. F. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996

_____. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CAROLL, L. **Aventuras de Alice**. Tradução e organização Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Summus Editorial, 1980.

CAUQUELIN, A. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. V.1 – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

EMBARQ Brasil. **DOTS Cidades: Manual de Desenvolvimento Urbano Orientado ao Transporte Sustentável**. Brasil, 2014

ETCHEVERRY, C. **Os Mandamentos do Advogado**, 3ª ed., Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1987

FRAMPTON, K. **História Crítica de la Arquitectura Moderna**. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

FREHSE, F. **Ô da rua. O Transeunte e o advento da modernidade em São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

FREIRE, L.M. **Encostas e favelas: deficiências, conflitos e potencialidades no espaço urbano da favela Nova Jaguaré**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2006.

GEHL J. **Cities for people**. Washington: Island Press, 2010.

_____. **Life between buildings**. Washington: Island Press, 2011.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, D. **Las raíces urbanas de las crisis financieras: reclamar la ciudad para la lucha anticapitalista**. In Belil, M. (Ed.) *Ciudades: una ecuación imposible*. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2012.

_____. **A liberdade da cidade**. In: *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **Cidades rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOUGH, M. **Naturaleza y Ciudad. Planificación Urbana y Processos Ecológicos**. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, P.B. (Org.). **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2003.

LAVALLE, A. G. **As dimensões construtivas do espaço público – Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria**. Espaço & Debates. Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo. N.46, v.25, 2005. P 33 – 44.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros e Sérgio Martins. (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes. 1985.

MAGNOLI, M. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. Série Espaço & Debate. 3ªed., São Paulo: Atual Editora, 1997.

_____. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. In: Leonardo Basci Castriota (org.). Urbanização Brasileira – Redescobertas. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96.

_____. **É a questão urbana, estúpido!** In: Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARSHALL, B. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MPL. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

PARK, R. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago: Chicago University Press, 1967.

PEREIRA, R. **O sentido da paisagem e a paisagem consentida: projetos participativos na produção do espaço livre público**. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

QUEIROGA, E. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a razão comunicativa**. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Dimensões públicas no espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. 284p. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SADIK-KAN, J, SOLOMONOW, S. **Street Fight**. Nova Iorque: Viking, 2006.

SANTOS, C.N.F; VOGEL, A.; MELLO, M. A. S.; MOLLICA, O. **Quando a rua vira casa. A apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro.** 3. Ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, M. **Espaço e método.** [1985] 5. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Espaço do cidadão.** [1987] 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** [1996] 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SENNET, R. **Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental.** Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008.

SENNETT, R. **O declínio do homem público.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

SHAKESPEARE, W. **Coriolano.** Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook. 2000. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/coriolano.html>, consultado em 24/07/2016.

SOBARZO, O. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação.** Geousp, São Paulo, v. 19, p. 93-111, 2006.

SOLÀ-MORALES, M. **De cosas urbanas.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.

SOUZA, M.L **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** [2002] 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SPECK, J. **Walkable city. How downtown can save America, one step at time.** Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux, 2012.

SPIRN, A. **O Jardim de Granito.** São Paulo: Edusp, 1995.

TRAMONTINO, V. S. **O espaço livre na vida cotidiana. Usos e apropriações nos espaços livres na cidade de São Paulo, nas áreas do Terminal da Barra Funda e do SESC Fábrica Pompéia.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011.

VAINER, C. **Quando a cidade vai às ruas.** In: Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

VALENTE, D. M. **Formas de apropriação dos espaços livres de uso público no bairro do Benedito Bentes em Maceió – AL.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013.

VALENTINI, S.M.R. **Os sentidos da paisagem.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

WASHBURN. A. **The nature of urban design.** A New York perspective on resilience. Washington, Island Press, 2013.

WISSENBACH. M.C.C. **Da Escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível.** In História da vida privada no Brasil. Vol.3 República: da Belle Époque à Era do Rádio. Coord. Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Sites Consultados

A BATATA PRECISA DE VOCÊ em : <http://largodabatata.com.br/a-batata-precisa-de-voce/>. Acesso em janeiro de 2017

CATRACA LIVRE em: <https://catracalivre.com.br/brasil/>. Acesso em janeiro de 2016.

CONCEITO.DE em: <http://conceito.de/derrogar#ixzz4aPCUNpnV>. Acesso em julho de 2016.

CENSO MORADORES DE RUA em

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf. Acesso em maio 2016.

DESCULPE A POEIRA em: <https://www.facebook.com/SeboDesculpeAPoeira/?fref=ts>. Acesso em janeiro de 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO em: <http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso de janeiro e junho de 2016.

G1 em: <http://g1.globo.com/>. Acesso em dezembro de 2016.

GESTÃO URBANA SP em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em setembro de 2016.

MICHAELIS em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em dezembro de 2016.

NA GARAGE em:

<https://www.facebook.com/nagaragemhamburgueriaartesanal/?ref=ts&fref=ts>. Acesso em setembro de 2016.

OUTRAS MÍDIAS em: <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/parklets-um-caminho-para-desprivatizar-as-metropoles/>. Acesso em dezembro de 2015.

PUBLIC BROADCASTING SERVICE (PBS). Disponível em: <http://www.pbs.org/newshour/updates/urban-designers-transformed-these-five-plazas-into-pedestrian-paradise/>. Acesso em fevereiro 2017.

THE CITY FIX BRASIL. Disponível em: <http://thecityfixbrasil.com/2015/06/02/somoscityfixers-gabriela-callejas/>. Acesso em junho 2015.

THE LITTLE COFFE SHOP em: <https://www.facebook.com/thelittlecoffeeshopbr/?fref=ts>. Acesso em junho 2015.